

Tecnologias Educacionais para a Docência  
em Educação Profissional e Tecnológica

**ALEXANDRA NASCIMENTO DE ANDRADE**

# **EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA**

perspectivas produtivas  
e emancipatórias

Danielle Pompeu Noronha Pontes  
Ingrid Sammyne Gadelha Figueiredo  
Joelma Monteiro de Carvalho  
**(org.)**

 *editora*  
**UEA**

# **EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA**

perspectivas produtivas  
e emancipatórias

Governo do Estado do Amazonas

Wilson Miranda Lima  
**Governador**

Universidade do Estado do Amazonas

André Luiz Nunes Zogahib  
**Reitor**

Kátia do Nascimento Couceiro  
**Vice-Reitora**

Nilson José de Oliveira Junior **Pró-Reitor de Administração**  
Raimundo de Jesus Teixeira Barradas **Pró-Reitor de Ensino de Graduação**  
Darlisom Sousa Ferreira **Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários**  
Roberto Sanches Mubarak Sobrinho **Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação**  
Joésia Moreira Julião Pacheco **Pró-Reitora de Planejamento**  
Valber Barbosa Martins **Pró-Reitor de Interiorização**

Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

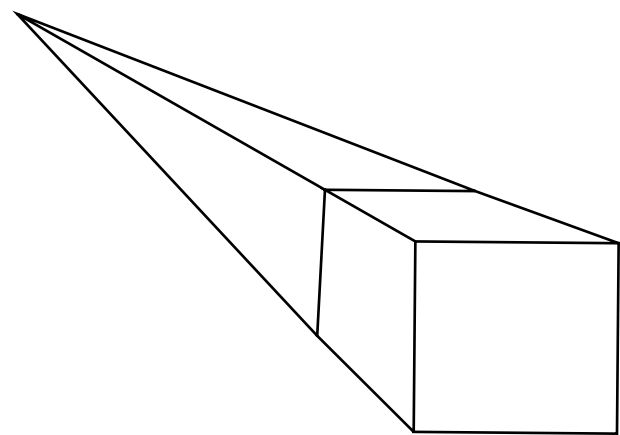
José Augusto de Melo Neto  
**Diretor-presidente**

Curso Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica

Danielle Pompeu Noronha Pontes  
**Coordenação Pedagógica do Curso**

Ingrid Sammyne Gadelha Figueiredo  
**Coordenação Administrativa**

Joelma Monteiro de Carvalho  
**Técnica de Planejamento Educacional**



*editora***UEA**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann  
**Diretora**

Maria do Perpetuo Socorro Monteiro de Freitas  
**Secretária Executiva**

Síndia Siqueira  
**Editora Executiva**

Samara Nina  
**Produtora Editorial**

Isolda Prado de Negreiros Nogueira Horstmann (Presidente)

Allison Marcos Leão da Silva

Almir Cunha da Graça Neto

Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho

Jair Max Furtunato Maia

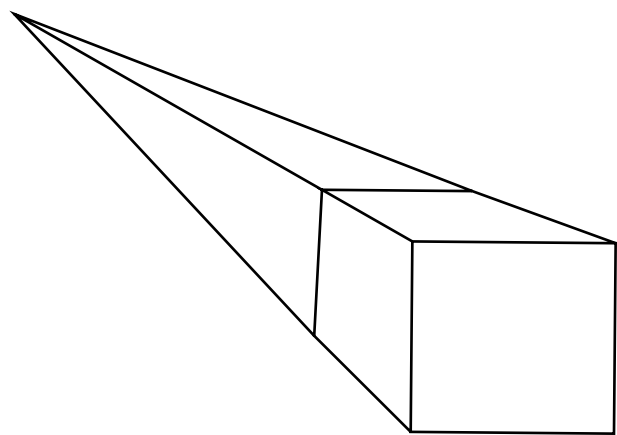
Jucimar Maia da Silva Júnior

Manoel Luiz Neto

Mário Marques Trilha Neto

Silvia Regina Sampaio Freitas

**Conselho Editorial**



Tecnologias Educacionais para a Docência  
em Educação Profissional e Tecnológica

**ALEXANDRA NASCIMENTO DE ANDRADE**

# **EDUCAÇÃO, TRABALHO E CIDADANIA**

perspectivas produtivas  
e emancipatórias

Danielle Pompeu Noronha Pontes  
Ingrid Sammyne Gadelha Figueiredo  
Joelma Monteiro de Carvalho  
**(org.)**



Tecnologias Educacionais  
para a Docência em  
Educação Profissional e  
Tecnológica

 *editora*  
**UEA**

Sindia Siqueira  
**Coordenação Editorial**

Raquel Maciel  
**Projeto Gráfico**

Raquel Maciel  
Samara Nina  
**Diagramação**

Sindell Amazonas  
Wesley Sá  
**Revisão**

Raquel Maciel  
Samara Nina  
**Finalização**

Todos os direitos reservados © Universidade do Estado do Amazonas

Permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte

Esta edição foi revisada conforme as regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Estado do Amazonas

A554e  
2022

Andrade, Alexandra Nascimento de  
Educação, trabalho e cidadania: perspectivas produtivas e emancipatórias /  
Alexandra Nascimento de Andrade; Organizadoras: Danielle Pompeu Noronha  
Pontes, Ingrid Sammyne Gadelha Figueiredo e Joelma Monteiro de Carvalho. –  
Manaus (AM): Editora UEA, 2022.

104 p.: il., color; Ebook..

Ebook, no formato PDF

ISBN: 978-85-7883-551-4

Inclui referências bibliográficas

1. Educação 2. Mundo do trabalho I. Título II. Pontes, Danielle Pompeu  
Noronha, Org. III. Figueiredo, Ingrid Sammyne Gadelha, Org. IV. Carvalho,  
Joelma Monteiro de, Org.

CDU 1997 – 37

Editora afiliada:



*editora*UEA

Av. Djalma Batista, 3578 – Flores | Manaus – AM – Brasil  
CEP 69050-010 | +55 92 38784463  
editora.uea.edu.br | editora@uea.edu.br



## PREFÁCIO

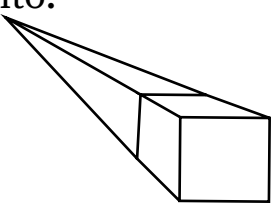
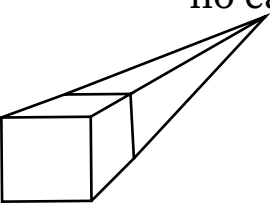
A expansão do atendimento da educação profissional e tecnológica tem sido expressiva nos últimos anos no estado do Amazonas, destacando-se por vários fatores. Entretanto, observa-se que todas as variáveis desta expansão têm como ponto de convergência a demanda crescente da sociedade e a atuação cada vez qualificada dos profissionais da educação.

O Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), a autarquia responsável por promover a EPT no âmbito estadual, além de também prestar serviços técnicos para atender às necessidades sociais do mundo do trabalho, vem superando as suas metas educacionais, principalmente por meio de parcerias interinstitucionais. Desta forma, a capilaridade de atendimento, já presente em todos os municípios do estado, vem se consolidando, independente das adversidades no percurso.

Na crise sanitária causada pela Covid-19 em 2020, por exemplo, os sistemas educacionais ao redor do mundo foram paralisados, impactando negativamente a vida de milhares e milhares de alunos. Na educação profissional não foi diferente e, no Amazonas, o CETAM precisou se reinventar para retomar o atendimento dos seus alunos.

Uma das soluções encontradas foi a elaboração de um guia metodológico para nortear o planejamento e a execução das atividades no contexto do ensino remoto. Este guia foi resultado de uma construção coletiva, baseada em casos práticos dos planos de aulas do CETAM, mas também serviu como referência para outras instituições.

Em paralelo, o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas passou a investir em infraestrutura e conectividade, o que possibilitou a instalação de 56 (cinquenta e seis) novos pontos de internet em 44 (quarenta e quatro) municípios, diminuindo a desigualdade digital no campo da EPT no estado e criando alternativas de atendimento.

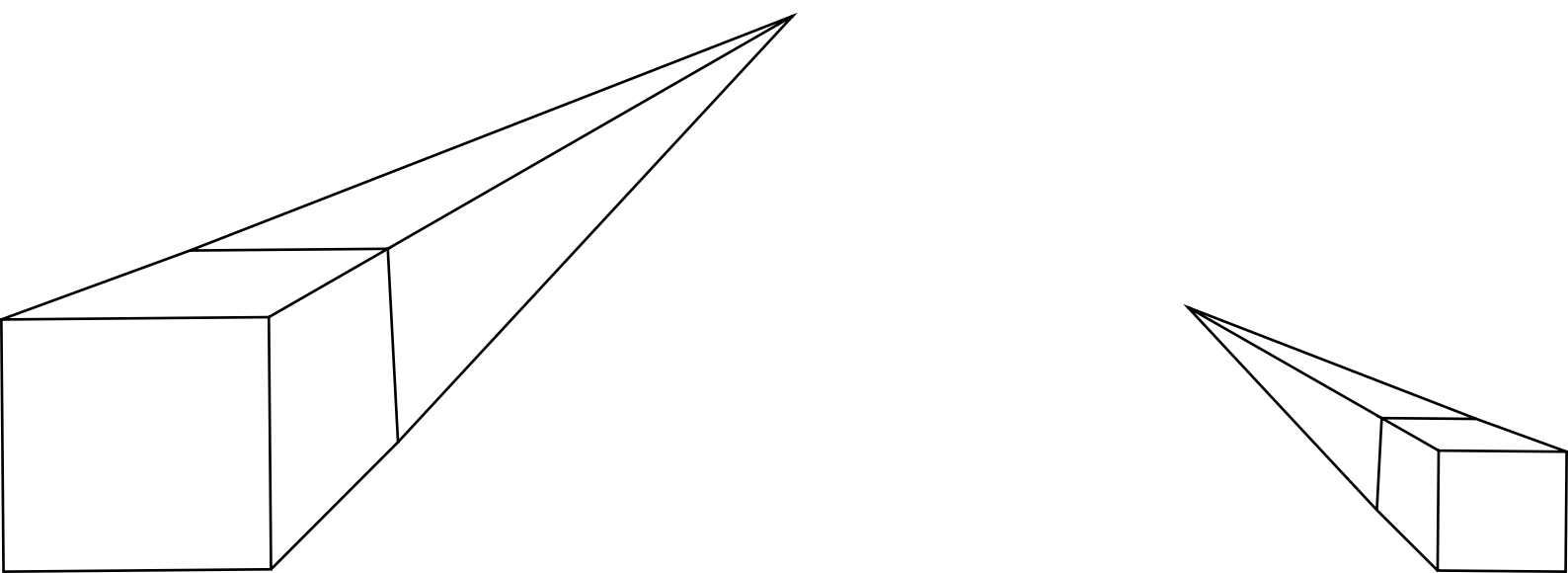


Na ampliação deste desafio educacional, o CETAM propôs para a Universidade do Estado do Amazonas (UEA) que a terceira turma do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em *Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica* se baseasse na metodologia de ensino remoto e fosse exclusiva para os municípios do interior do estado do Amazonas. A UEA aceitou o desafio e, de forma inédita, 709 (setecentas e nove) vagas foram ofertadas para 18 (dezoito) municípios, o que possibilitou uma melhor qualificação aos docentes da EPT do CETAM nessas localidades.

Como parte do resultado, esta coletânea de e-books a ser distribuída aos egressos é uma demonstração válida do retorno da aprendizagem alcançada. A conquista individual de cada aluno está sendo socializada para o coletivo visando ao desenvolvimento da EPT no Amazonas.

A dificuldade no acesso e a limitação da infraestrutura técnica na região amazônica são desafios ainda a serem vencidos, mas o resultado da parceria entre o CETAM e a UEA demonstrou que o atendimento em meio à adversidade é possível e que a verdadeira inovação passa pelo investimento na metodologia de formação das pessoas e pelo comprometimento dos professores e alunos.

*Prof. Dr. José Augusto de Melo Neto*  
Diretor-presidente do Centro de Educação Tecnológica do  
Amazonas - CETAM





## APRESENTAÇÃO

A formação de professores para o Ensino Profissional e Tecnológico tem se mostrado um grande desafio para expansão, interiorização e democratização da formação tecnológica, principalmente quando considerado o contexto amazônico. No sentido de contribuir na solução deste desafio e fortalecer a educação do Estado do Amazonas, em 2017 foi criado o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pela Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Estado do Amazonas (EST/UEA) em parceria com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), com o objetivo de habilitar profissionais para atuarem na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), nas esferas da docência, da ação técnico-pedagógica, da gestão de cursos, projetos e programas de EPT, com vistas à compreensão, ao planejamento e à implementação de novos processos na EPT.

A formação continuada, ofertada por meio do referido curso, explora as tecnologias educacionais em seus componentes curriculares de maneira transversal, permitindo aos alunos um desenvolvimento integrado aos novos tempos pós-pandemia, e preparando a comunidade acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) para novos desafios como, por exemplo, a EPT a distância.

Com o objetivo de divulgar os saberes ministrados no curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica, a UEA e o CETAM desenvolveram uma coletânea de livros digitais, na qual este e-book está inserido, como um dos resultados da execução da terceira turma do referido curso.

O projeto pedagógico deste curso está alicerçado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, no seu Título VI (DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO), inciso II do art. 63 e art. 65, que dispõe sobre programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior, bem como apoiado na Resolução CNE/CP n.º 2/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada e, em consonância com a Resolução CNE/CEB n.º 6/2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Em consonância aos dispositivos legais para a formação docente, o curso de Pós-graduação Lato Sensu em Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica é voltado aos profissionais que atuam na EPT no âmbito do Governo do Estado do Amazonas, para atendimento de demanda específica, proveniente do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM).

Neste sentido, foram ofertadas 3 (três) turmas entre o período de 2017 a 2022, em que se registra que a primeira e a segunda turma habilitaram, respectivamente, 128 (cento e vinte e oito) e 207 (duzentos e sete) profissionais a atuarem como instrutores na EPT, residentes na capital do Estado do Amazonas. Já a terceira turma, foi desenhada para atender as especificidades dos municípios do Estado do Amazonas, considerando as características tanto do meio quanto da realidade do discente, contemplando aproximadamente 700 (setecentos) profissionais residentes fora da capital, e distribuídos em 18 (dezoito) municípios, a saber: Barreirinha, Carauari, Coari, Codajás, Eirunepé, Guajará, Humaitá, Iranduba, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Nova Olinda do Norte, Parintins, Presidente Figueiredo, Tabatinga, Tefé e Urucurituba.

Para atender as singularidades desses 18 (dezoito) municípios, o curso foi ofertado na modalidade híbrida – presencial mediada por tecnologia, com suporte pedagógico por meio desta coletânea de e-books, e com atividades remotas (síncronas e assíncronas) e/ou atividades presenciais, conforme a especificidade de cada componente curricular e de cada município contemplado.

Os alunos de cada turma contaram com a orientação e o acompanhamento exclusivo de Professores de Apoio Local, juntamente com o apoio acadêmico e pedagógico de Coordenadoras de Áreas. A metodologia de ensino proposta para a realização do curso foi diversificada e adequada ao objetivo de cada componente curricular, de forma a garantir a consolidação da aprendizagem do discente.

Cada componente curricular foi desenvolvido por um Professor Conteudista, responsável por elaborar todo o material didático utilizado no curso, compondo os e-books que reúnem os conteúdos de cada disciplina, desenvolvidas no âmbito deste projeto, assim como os respectivos Planos de Aula, Roteiros de Aprendizagem e Roteiros de Avaliação.

Os componentes curriculares do curso totalizam uma carga horária de 360 (trezentos e sessenta) horas, distribuídas em 11 (onze) disciplinas. Ao final do curso, no último componente curricular, denominado de “Prática Docente na Educação Profissional e Tecnológica”, cada estudante elaborou um Plano de Ação e o sistematizou, por meio de um relatório científico, para fins de apresentação no seminário de encerramento do curso. Assim, os estudos socializados acenam para a missão da UEA e do CETAM, do compromisso social e acadêmico, firmados com os municípios do Estado do Amazonas.

Esta coletânea de livros digitais é composta por 11 e-books que contemplam todos os componentes pedagógicos do curso, e foram desenvolvidos especificamente para atender a diversidade amazônica e seus povos, adaptados à singularidade de cada município, de forma planejada a garantir a promoção do conhecimento dos conteúdos de cada componente curricular.


Como contribuição acadêmica científica e social, esta coletânea de e-books pode ser utilizada por **Docentes e Tutores** como objeto de aprendizagem, em que possibilitará a socialização do conteúdo desenvolvido em sala de aula e as atividades apresentadas em cada unidade, bem como pelos **Alunos** em formação, de forma autodidata, permitindo compreender o conteúdo e realizar as atividades, de acordo com os roteiros apresentados.

Sendo assim, este trabalho possibilitará estabelecer novos olhares acerca das tecnologias e seus processos formativos, o qual contribuirá para minimizar os desafios da docência no campo da Educação Profissional e Tecnológica, bem como estimular o conhecimento das necessidades do desenvolvimento profissional e de como fomentá-lo.


*Danielle Pompeu Noronha Pontes*  
*Ingrid Sammyne Gadelha Figueiredo*  
*Joelma Monteiro de Carvalho*  
As organizadoras

# SUMÁRIO

<b>14</b>	<b>APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR</b>
<b>16</b>	<b>PLANO DE ENSINO</b>
<b>20</b>	<b>UNIDADES 1 E 2 (ATIVIDADE – SÍNTESE)</b>
<b>22</b>	<b>UNIDADE 1 – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO HOMEM SOCIAL</b>
<b>22</b>	1.1 – O que é educação e qual o sentido de educar?
<b>29</b>	1.2 – Escola e Democracia
<b>35</b>	1.3 – Democratização da escola pública
<b>46</b>	Referências
<b>48</b>	<b>UNIDADE 2 – EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO</b>
<b>53</b>	2.1 – Educação, trabalho e cidadania
<b>56</b>	2.2 – Os sentidos do trabalho
<b>60</b>	2.3 – O papel da educação no mundo do trabalho
<b>65</b>	2.4 – O trabalho e a pesquisa como princípios educativos
<b>70</b>	2.5 – Práticas integradoras
<b>74</b>	Referências
<b>78</b>	<b>UNIDADE 3 – PERSPECTIVAS PRODUTIVAS E EMANCIPATÓRIAS</b>
<b>81</b>	3.1 – A produtividade da escola improdutiva: um olhar crítico reflexivo



<b>84</b>	3.2 – Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória
<b>87</b>	3.3 – Educação politécnica
<b>92</b>	3.4 – Educação omnilateral
<b>96</b>	3.5 – Educação, trabalho e cidadania
<b>101</b>	Referências
<b>103</b>	<b>SOBRE A PROFESSORA CONTEUDISTA</b>



## APRESENTAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

**Curso:** Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica

**Disciplina:** Educação, Trabalho e Cidadania: Perspectivas Produtivas e Emancipatórias

**Professora Conteudista:** Alexandra Nascimento de Andrade

Prezado (a) cursista,

A disciplina Educação, Trabalho e Cidadania: Perspectivas Produtivas e Emancipatórias tem como objetivo propiciar aos futuros especialistas reflexões críticas sobre o mundo do trabalho e sua inter-relação com a Educação nas diferentes formas sociais. Para alcançar esse intuito, você terá este e-book para seus estudos nesta disciplina.

A disciplina foi dividida em 3 (três) unidades, organizadas da seguinte forma:

**Unidade 1:** Educação e formação do homem social.

**Unidade 2:** Educação e o mundo do trabalho.

**Unidade 3:** Perspectivas produtivas e emancipatórias.

A disciplina será realizada em 30 horas, visando o desenvolvimento dos assuntos relacionados a Educação, Trabalho e Cidadania. Para o aprofundamento dos conteúdos de cada unidade é fundamental que acesse todos os conteúdos disponíveis no e-book, bem como realize as atividades solicitadas.

O professor de apoio local estará acompanhando você para tirar dúvidas sobre os conteúdos, os procedimentos das atividades e compartilhar suas experiências prévias para o enriquecimento da discussão e das temáticas em foco.

Espero que aproveite bem tudo o que foi planejado e que se sinta motivado (a) para cooperar com os colegas e o professor de apoio local!

*Alexandra Nascimento de Andrade*  
Professora Conteudista



## PLANO DE ENSINO

**Curso:** Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica

**Categoria do Curso:** Pós-Graduação Lato Sensu

**Disciplina:** Educação, Trabalho e Cidadania: Perspectivas Produtivas e Emancipatórias

**Professora Conteudista:** Ma. Alexandra Nascimento de Andrade

### OBJETIVO GERAL

Propiciar reflexões críticas sobre o mundo do trabalho e sua inter-relação com a Educação nas diferentes formas sociais.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os conceitos, procedimentos e mecanismos de produção social da existência humana;
- Classificar os diferentes modos como a educação se relaciona com o mundo do trabalho;
- Verificar como a sociabilidade capitalista promove uma lógica educacional e analisar suas consequências;
- Avaliar as situações-problema existentes no mundo da educação e do trabalho;
- Refletir sobre a realidade a partir das demandas do senso comum em função da elaboração do conhecimento crítico.

### EMENTA

O papel da Educação no mundo do trabalho. O trabalho como princípio Educativo. O trabalho como práxis social, cultural e produtiva. Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória. Educação politécnica e omnilateral.

### BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

Clavatta, M. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. *Por que lutamos? Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan.-abr. 2014.

FRIGOTO, G. *A Produtividade da Escola improdutiva*. São Paulo: CORTEZ, 2011.

### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1986.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. 112 p (Coleção Educação Contemporânea).

SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. (org.). *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes. 1994.

### ESTRUTURA

Programação	Disponibilizar PDF: Biblioteca Virtual Unidade1: “O que é Educação”, “Escola e Democracia”, “Os aparelhos ideológicos de Estado”, “Democratização da escola pública”; Unidade2: “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos*”, “Educação, Trabalho e Cidadania”, “Trabalho como princípio educativo”; Unidade3: “A produtividade da Escola Improdutiva”, “O Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral”, “O Banco Mundial e a educação no Brasil” e “Conceito de Hegemonia em GRAMSCI”.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	QUANT. DIAS/AULAS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS DIDÁTICOS	PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO / INSTRUMENTOS
Unidade 1 - Educação e a formação do homem social • O que é educação? Educação, educações: aprender com o índio; • Escola e Democracia; • Democratização da escola pública; • Aparelhos Ideológicos do Estado; • As implicações político-sociais e culturais na e para a educação brasileira.	08 dias	• Disponibilizar PDF “Educação, educações: aprender com o índio”; • Disponibilizar e-book “Escola e Democracia”; • Disponibilizar PDF “As tendências pedagógicas e seus pressupostos”; • Disponibilizar Videoteca “Linha do Tempo da História da Educação no Brasil”, “Escola de vidro”, “Democratização do ensino público”.	E-book e biblioteca virtual	Atividade 1 – Síntese dos textos Valor: 5,0 (cinco pontos)

<p>Unidade 2 - Educação e o mundo do Trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Educação, Trabalho e Cidadania;</li><li>• Os Sentidos do Trabalho;</li><li>• O papel da Educação no mundo do trabalho- Educação Politécnica;</li><li>• Princípios Norteadores da EPTN - Trabalho como princípio educativo e Pesquisa como princípio pedagógico;</li><li>• Práticas Integradoras.</li></ul>	08 dias	<ul style="list-style-type: none"><li>• Disponibilizar PDF “Educação, Trabalho e Cidadania”;</li><li>• Disponibilizar PDF “Os Sentidos do Trabalho”;</li><li>• Disponibilizar PPT “O papel da Educação no mundo do trabalho”;</li><li>• Disponibilizar Vídeo “Teorias Críticas da Educação”.</li></ul>	E-book e biblioteca virtual	Atividade 1 – Síntese dos textos Valor: 5,0 (cinco pontos)
--	---------	--	-----------------------------	---

<p>Unidade 3 - Perspectivas Produtivas e Emancipatórias</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A produtividade da Escola improdutiva;</li> <li>• Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória;</li> <li>• Educação politécnica e omnilateral.</li> </ul>	<p>07 dias</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Disponibilizar PDF “A produtividade da Escola improdutiva”;</li> <li>• Disponibilizar PDF “Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória”;</li> <li>• Disponibilizar BOOK “O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral”;</li> <li>• Disponibilizar Videoteca “Quero Outra Educação”, “Mini história da educação no Brasil”, “Adorno e a Educação -Teoria Crítica na Educação”, “Teoria Crítica - Escola de Frankfurt”;</li> <li>• Disponibilizar Videoteca Mapas Conceituais “Mapas Conceituais – Cmap Tools”;</li> <li>• Disponibilizar Software “CmapTools – Mapas Conceituais”</li> <li>• Disponibilizar Link “CmapTools – Mapas Conceituais (Online)”;</li> <li>• Disponibilizar Link “Tutorial CmapTools.</li> </ul>	<p>Ebook e biblioteca virtual</p>	<p>Atividade 2 – Mapa Conceitual Valor: 5,00 (cinco pontos)</p>
--	----------------	---	-----------------------------------	---

## UNIDADES 1 E 2 (ATIVIDADE – SÍNTESE)

Caro estudante, você deve ter percebido que estamos começando este livro pela atividade das unidades 1 e 2, antes mesmo de iniciarmos a leitura e discussão das Unidades e isso é proposital. Meu objetivo é que você realize as atividades na medida em que lê os textos de cada unidade e relacione-os com o arcabouço teórico disponível na biblioteca virtual e nos vídeos indicados pelo professor.

Antes de iniciar a sua atividade, aproveito para explicar que nesta síntese você pode escrever os pontos principais dos conteúdos da unidade 1 e 2, juntamente com as suas observações e citações teóricas. Não esqueça de colocar as referências utilizadas no final da síntese!

### **Algumas orientações:**

1. A síntese é um texto contendo as principais ideias de um texto, filme, vídeo, palestra e etc. – um texto com poucas palavras (apanhado de ideias gerais);
2. Para fazer uma boa síntese é importante ler as unidades 1 e 2, assistir aos vídeos e às aulas com atenção, registrando as ideias principais. Nesta procura pelos textos principais você pode grifar os tópicos que considera mais importantes, inserir comentários e até fazer um fichamento;
3. A síntese não é o mesmo que fichamento, então não basta copiar e digitar/escrever o que está no material sem uma reflexão crítica;
4. A estrutura da síntese necessita conectar as ideias principais!
5. Realize a leitura do material das Unidades 1 e 2 e comece a destacar os pontos principais;
6. Durante a leitura, responda as questões e inicie a escrita da sua síntese a cada dia. Você pode fazer sua síntese em um

documento Word no computador, ou mesmo em um material organizado e legível para que seu Professor de apoio local possa avaliar a escrita;

7. É importante citar a data, o conteúdo lido, a unidade à qual pertence o conteúdo e, em seguida, relatar suas percepções individuais;
8. Ao último dia da unidade 2, envie esse Diário de Bordo ao seu professor de apoio local.

**Valor da Atividade: 5,0 pontos**

**Vamos começar o registro? Agora é com você!**

# UNIDADE 1 – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DO HOMEM SOCIAL

*“Ninguém escapa da educação”* (BRANDÃO, 1989, p. 7).

## 1.1 – O que é educação e qual o sentido de educar?

Todo educador precisa ter uma ideia clara sobre o que é educação (QUINTAS; MUÑOS, 1986). Por isso, a motivação dessa unidade é oportunizar que você enquanto futuro profissional da educação, reflita sobre o sentido de educar, dialogando com autores da área que a defendem enquanto prática necessária para o desenvolvimento pleno da vida.

Brandão (1989), por sua vez, emprega o sentido plural de educação a partir do termo “Educações”, considerando as diversas experiências individuais e coletivas vividas ao longo do processo de educar, enfatizando que a educação possui vários sentidos, uma vez que permeia o cotidiano das pessoas “[...] misturada com a vida em momentos de trabalho, de lazer, de camaradagem ou de amor” (BRANDÃO, 1989, p. 19).

A educação significa, etimologicamente, o processo de guiar para fora, conduzir o sujeito externamente, ou seja, permitir que o indivíduo construa saberes a partir de si mesmo e da interação com outros, tendo em vista que a educação é uma prática social que visa o desenvolvimento da pessoa humana a partir do contato com diferentes tipos de saberes existentes em uma cultura, sendo um dos meios de realização de mudança/transformação social (BRANDÃO, 1989).

Na famosa obra, *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (2006, p. 61) acrescenta que “[...] como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo”.

A educação é uma experiência socialmente perene e pessoalmente permanente de cada um de seus sujeitos: pessoas e povos. Sendo assim, seu sentido é mais o de recriar continuamente comunidades geradoras de saberes, que devem estar abertas ao diálogo e à intercomunicação [...] a educação cria conectividades (BRANDÃO, 1989, p. 21).

Não há uma forma única, nem um modelo pronto e acabado de educação (BRANDÃO, 1989). Além disso, não é somente na escola que esse movimento acontece, de modo que o ensino escolar não é exclusivo e nem o professor o único educador. O ser humano aprende, apreende e se desenvolve em suas relações, pois existem diversos terrenos férteis para a tessitura de novos saberes, desde nossas primeiras relações sociais até as mais complexas, seja dentro de uma escola, comunidade, na família, na igreja, no trabalho e em diferentes lugares.

Carlos Rodrigues Brandão - doutor em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP (1980) e pós-doutor em Antropologia pela Universidade de Perugia e na Universidade de Santiago de Compostela (1992) - tornou-se referência nos debates sobre a educação a partir do livro *O que é educação?*, uma das obras mais lidas nos cursos de Ciências Humanas que traz discussões importantíssimas acerca do(s) conceito(s) de educação, reforçando que não há uma forma única e nem modelo exclusivo de educação.

A pluralidade de sentidos e significados para a educação pode ser compreendida a partir da tipologia adotada por Brandão (1989), a saber: a) educação formal; b) educação informal; e c) educação não formal.

### **a) Educação Formal**

A educação formal, conforme Brandão (1989), é o momento em que a educação se sujeita à Pedagogia, criando situações para a sua efetivação a partir da produção de métodos, regras e tempos – é quando surge a escola, o aluno e o professor.

No Brasil, a educação formal é assegurada à população desde a Constituição Federal de 1988.



**Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A principal normativa que classifica a distribuição e nivelamento da educação formal brasileira é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96) que organiza a educação em: Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e o Ensino Médio) e Ensino Superior (Graduação e Pós-Graduação). Além desta classificação, recomenda também algumas modalidades de ensino, tais como: Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e a Educação Profissionalizante.

Isto posto é simples identificar que é o tipo de educação ocorridas nas escolas públicas ou particulares e nas universidades, com todas as suas normas de séries/níveis, unidades letivas, semestres, ordenação de faixa etária, formações pedagógicas, entre outras características, que associadas representam as instituições de ensino “tradicionais” com seus elementos construtores/participantes (docentes, alunos, conhecimento científico) (NEGRÃO; RAMOS, 2020, p. 23).

A educação formal possui metas, e seus resultados advém de estratégias estabelecidas por planos institucionais que devem ser monitorados a partir dos planejamentos e ações dos anos anteriores. O Plano Nacional de Educação (PNE) é voltado à educação formal no Brasil, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias que devem nortear as iniciativas na área de educação, orientando estados e municípios na composição de meios para alcançar os objetivos previstos, resguardando as demandas locais.

O PNE (2014-2024) atual foi aprovado em 26 de junho de 2014 e possui validade de dez anos. Este documento é acompanhado a cada dois anos, a fim de identificar os resultados obtidos e o cumprimento das metas estabelecidas. O Plano estabelece 20 (vinte) metas que abrangem todos os níveis de formação (Educação Básica e Ensino Superior).



*Você sabia que pode conhecer as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE, 2014 - 2024), além disso pode acompanhar o andamento do cumprimento de cada uma delas? Acesse o QR code e navegue pelo site PNE em movimento.*

## **b) Educação não formal**

A educação não formal para Brandão (1989) pode acontecer em diferentes dimensões, pois envolve o engajamento político, as experiências que se adquirem ao longo da vida, o trabalho e a identificação de potencialidades. Na educação não formal “as metodologias operadas no processo de aprendizagem parte da cultura dos indivíduos e dos grupos” (GOHN, 2006, p. 31), auxiliando no processo formativo de diferentes grupos sociais, como: Instituições, entidades sem fins lucrativos, associações filantrópicas, entre outras.

A “Educação Não-formal” é compreendida como um combinado de processos educativos e ações diversificadas que ocorrem em espaços próprios, (nem sempre são escolas) com o foco na formação ou instrução de alunos sem a obrigatoriedade de obtenção de certificados próprios do sistema educativo formal (NEGRÃO; RAMOS, 2020, p. 23).

Esse tipo de educação tem o intuito de atender a população que se encontra em um estado financeiro vulnerável e com incidências de carência social. Os espaços de educação não formal devem oferecer atividades educacionais no período inverso de estudo da criança ou do adolescente, sendo uma experiência didática, organizada e sistematizada fora do contexto formal da escola.

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se

organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc (GOHN, 2006, p. 2).

Por fim, a educação não formal é desenvolvida por entidades que são organizações sem fins lucrativos, com fins públicos e autogovernados, todavia apresenta um campo extraescolar, fora do ambiente formal da educação (escolas) que estamos acostumados a vivenciar, estando atrelada com o Terceiro Setor<sup>1</sup>.

**Curiosidade:** *Dentre as diversas possibilidades de atuação na educação não formal estão as causas ambientais, no terceiro setor. Cada vez mais aumenta a necessidade de educadores que se sensibilizem com a valorização de uma interação saudável com o meio ambiente, protegendo recursos naturais, promovendo ações que não sejam predatórias ou exploratórias. Várias organizações e fundações tem objetivado trabalhar com práticas que visem despertar a consciência ambiental. Um exemplo é o Greenpeace<sup>2</sup>, que segundo o seu site institucional, tem forte atuação no Brasil a mais de 25 anos, confrontando o desmatamento ilegal, indústria do petróleo e de energia nuclear, produtores de transgênicos e projetos que ameaçam o meio ambiente.*

### c) Educação informal

Na educação informal, não há lugar, horários ou currículos. É a educação que se adquire nas relações sociais, no processo de socialização - dentro da família, com amigos, clubes, igreja, comunidade e até por meio dos aparelhos de comunicação em massa. Neste caso, aparecem como a figura do educador, os pais, vizinhos, líderes religiosos, orientadores espirituais, dentre outros (GOHN, 2006).

1 O terceiro setor da sociedade civil é composto por diferentes instituições, como as entidades beneficentes, Organizações não Governamentais (ONGs), grupos políticos, entre outras, tendo como características ter um caráter social, sem possuir fins lucrativos.

2 Organização não governamental ambiental com sede em Amsterdam e com escritórios espalhados em mais de 55 países.

A educação informal pode resultar de uma intencionalidade em relação ao seu potencial de aprendizagem ou não ter sido intencionada e simplesmente aconteceu. De algum modo este tipo de educação perpassa diretamente ao processo de sociabilização dos sujeitos, os quais desde que nascem já estão expostos a gama de fenômenos repetitivos de educação informal (NEGRÃO; RAMOS, 2020, p. 24).

Sendo assim, os conhecimentos são partilhados a partir da interação sociocultural, durante toda a vida, as pessoas adquirem e acumulam conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos através das suas experiências diárias e a sua relação com o meio. A família é a principal instituição responsável pela educação informal, através da qual são ensinados os costumes humanos (GOHN, 2006).



**Importante:** Para ampliar o debate sobre educação formal, não formal e informal, convido você para conhecer a famosa obra “O que é educação” de Carlos Rodrigues Brandão. Acesse o livro gratuitamente.

#### PARA UMA BOA PROSA:

##### Vamos ler a história a seguir:

Um sábio atravessava de barca um rio e, conversando com o barqueiro, perguntava: “Diga-me uma coisa: você sabe botânica?”

O barqueiro olhava para o sábio e respondia: “Não, não senhor; não sei que história é essa”.

“Você não sabe botânica, a ciência que estuda as plantas? Mas que pena! Você perdeu uma parte de sua vida!”

O barqueiro continuou remando. Depois de um pouco, perguntou novamente o sábio: “Diga-me uma coisa: você sabe astronomia?”

A caiçara coçou a cabeça, olhou de um lado, olhou de outro, e disse:

“Não, não, senhor; não sei o que é astronomia”.

“Astronomia é a ciência que estuda os astros, o espaço, as estrelas”. Que pena! você perdeu parte de sua vida!”

E assim foi perguntando um pouco de cada ciência; se o barqueiro sabia sociologia, física, química, e de nada o barqueiro sabia. E o sábio sempre terminava com o seu rifão: “Que pena! você perdeu parte de sua vida!”

De repente o barco bateu de encontro a uma pedra, rompeu-se e começou a afundar. O barqueiro perguntou ao sábio: “O senhor sabe nadar?” “Não, não sei”. “Que pena! o senhor perdeu sua vida inteira!”.

**Fonte:** <http://kellikitzmann7.blogspot.com.br/p/ensinamentos.html>

## Tessitura de conhecimentos:

### 1º momento: Leitura

Após a leitura, escreva suas impressões sobre o texto, destacando as características discutidas sobre o que é educação e sua importância na ação-reflexão sobre o mundo, conforme destaca Freire (1982) ao abordar que a educação é sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática.

### 2º momento: Perguntas e Apresentações

- 1) Quais as diferenças entre os conceitos “educação formal”, “educação informal” e “educação não formal”?
- 2) Quem é o educador em cada campo de atuação?

## **ATIVIDADE COMPLEMENTAR**

Responda as questões 1 e 2, depois elabore uma apresentação utilizando o *Canva*, um software online disponibilizado gratuitamente pelo site: <http://bit.ly/3ictWHf><http://bit.ly/3ictWHf>

### **Orientações:**

Para acessar o *Canva*:

1. Registre-se no *Canva* grátis;
2. Clique em apresentação;
3. Escolha o modelo que pretende utilizar;
4. Seja criativo (a);
5. Baixe a sua apresentação ou tire os *prints* das telas elaboradas para socializar com os colegas.

**OBS.:** A atividade pode ser realizada em grupos e caso tenham problemas de conexão com a internet pode ser feita em cartolinas e/ou materiais disponíveis.

### **Orientações para o (a) tutor(a):**

Olá, prezado(a) tutor(a),

Espera-se que os alunos identifiquem num contexto amplo que a educação formal está vinculada à educação que acontece no ambiente

escolar e que tem o professor como educador, a educação informal acontece no ambiente familiar, no bairro, no clube, entre outros espaços e o educador é o outro com quem interagimos e que a educação não formal acontece em diferentes espaços que compartilhamos experiências variadas e que, nesse contexto, os pais, a família, os vizinhos e colegas podem assumir o papel de educador.

Ótimos estudos!

## 1.2 – Escola e Democracia

Nesta seção buscaremos refletir sobre a escola enquanto espaço de educação formal, compromissada com o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos historicamente sistematizados. Além disso, é papel da escola, o preparo de discentes para a atuação na sociedade, assumindo a postura de cidadãos ativos.

Entretanto,

[...] o trabalho escolar não pode ser confundido com o que a família, a igreja, a fábrica, o sindicato, os partidos políticos e outras instituições sociais realizam. [...] a educação escolar não pode ser pensada independentemente das demais práticas sociais, mas ao mesmo tempo, não se confunde com elas (FRANCO, 1988, p. 57).

A escola foi se constituindo ao longo do tempo, mediante algumas mudanças e conquistas. Todavia, os avanços no campo da educação têm sido desacelerados e a escola parece um pouco perdida em sua real função (BRANDÃO, 1989).

A escola está grávida de história e sociedade, e, sendo esse processo marcado pelas relações de poder, o conhecimento é também político, isto é, articula-se com as relações de poder. Sua transmissão, produção e reprodução do conhecimento no espaço educativo escolar decorre de uma posição ideológica (consciente ou não), de uma direção deliberada e de um conjunto de técnicas que lhes são adequadas (CORTELLA, 2016, p. 109).

A relação entre educação e a sociedade no decorrer do tempo passou por diversos momentos e por várias discussões teóricas, especialmente porque a história da educação elucida que somente a elite tinha acesso à instrução secundário e superior, reforçando as desigualdades sociais, vistas até os dias de hoje. Ao longo dos séculos, as políticas educacionais voltadas para o povo destinavam-se ao ensino dos “[...] rudimentos do saber: ler, escrever e contar, de maneira que a escola para os pobres, mesmo em se tratando de brancos e livres” (FARIA FILHO, 2000, p. 136).

Na obra *Escola e Democracia*, Saviani (2008), de maneira clara e objetiva, analisa a intervenção das diferentes teorias pedagógicas na questão da marginalidade, retratando um de seus principais objetivos, que é o de “sacudir” a máquina político-educacional, balançando as “Curvaturas das Varas”<sup>3</sup> em busca de um equilíbrio ideal.

A metáfora da “Curvaturas das Varas” de Saviani (2008) representa os ajustes da educação. A vara (educação) fica torta - curva em um dos lados (Figura 1). Mas, o que fazer para endireitar? Para o autor, colocar a vara na direção correta não é o suficiente. É preciso envergar a vara para o seu lado oposto, para poder retornar ao centro.

Para Saviani (2008), precisamos “puxar a vara” para o lado oposto, na esperança de vir para o centro a valorização de conteúdos críticos - uma pedagogia revolucionária, que denomina “escolanovismo”, adaptada às dificuldades e ao interesse do povo.

**Figura 1** - Curvatura da Vara



**Fonte:** Saviani (2008).

---

3 A teoria da Curvatura da Vara foi formulada por Dermeval Saviani objetivando o equilíbrio real na compreensão da Pedagogia Histórico-Crítica proposta por ele mesmo.

A Teoria da “Curvatura da Vara” de Saviani (2008) explicita três teses importantes para a compreensão da educação brasileira a partir de um viés crítico, a saber: a primeira trata “do caráter revolucionário da pedagogia da essência e do caráter reacionário da pedagogia da existência” (SAVIANI, 2000, p. 36); a segunda propõe uma discussão em torno “do caráter científico do método tradicional e do caráter pseudo-científico dos métodos novos” (SAVIANI, 2000, p. 36) e, por fim, a terceira põe em evidência uma constatação: “[...] quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola; e [...] quando menos se falou em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática” (SAVIANI, 2000, p. 36) (BEZERRA; ARAÚJO, 2011, p. 281).

**Figura 2 - Demerval Saviani**



**Fonte:** [goo.gl/PDYUi2](http://goo.gl/PDYUi2)

#### PARA CONHECER MAIS:

Demerval Saviani foi o criador da teoria da pedagogia histórico-crítica, quando professor na Pontifícia Universidade Católica – PUC de São Paulo, a partir de uma disciplina solicitada por seus alunos para aprofundar essa temática. No início dos estudos e escritos Saviani se referia a essa concepção como pedagogia revolucionária, depois pensou em pedagogia dialética, entretanto dava margem a interpretações diversas. Assim, após estudos e análises concluiu que o termo pedagogia histórico-crítica era exatamente o que traduzia o que ele pensava.

Ao tecer críticas acerca da pedagogia tradicional (Figura 3), Saviani (2008) propõe uma pedagogia ativa, focalizada na troca de conhecimentos e na autonomia dos educandos. Ao buscar referências nas propostas do “escolanovismo”, o autor identificou a possibilidade de trazer esse formato educacional para as camadas mais pobres da sociedade. Assim, a Pedagogia Histórico-Crítica dialoga com a defesa de que a sociedade interfere na educação, mas que a educação também exerce influência sobre a sociedade.



**Figura 3** - Escola tradicional – Professor como detentor do conhecimento



**Fonte:** <http://goo.gl/dGOFzh>

De acordo com Saviani (2008), a escola deveria superar os métodos de trabalho pedagógico tradicionais, a fim de atender as demandas emergentes do povo, levando em consideração os interesses do educando, mas sem colocar a autonomia do professor à margem do processo educativo. Essa concepção prevê que a escola estaria em constante diálogo com a sociedade, estabelecendo práticas sociais transformadoras na busca por uma sociedade mais igualitária.

Portanto, Saviani (2008) propõe uma nova pedagogia, a qual teria como princípio o estímulo aos alunos, sem, contudo, descartar o auxílio do professor, tendo o diálogo como prioridade em sala. Por sua vez, o docente precisaria interessar-se pelo que o discente acredita ser importante e merece ser estudado, obviamente também, levando em conta, o currículo proposto pela escola.



**Dica:** *Que tal assistir a um vídeo para refletir sobre o Aparelho ideológico da Família? Acesse através do QR code e pontue suas inferências com o tutor de sua turma!*

A Pedagogia Histórico-Crítica de Saviani (2008) defende que uma teoria pedagógica, para ser histórico-crítica, precisa reconhecer que a educação é determinada socialmente, mas também admitir que ela pode transformar as condições sociais. Para tanto, o autor propõe cinco passos para o direcionamento de atividades dos professores e alunos (Quadro 1).

**Quadro 1** - Passos da Pedagogia Histórico-Crítica

<b>5 PASSOS DA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA</b>	
<b>1.º PASSO</b>	Diferentemente das pedagogias anteriores (tradicional e nova), se caracteriza pela prática social, o professor e os alunos devem se posicionar criticamente a respeito do assunto que está sendo posto.
<b>2.º PASSO</b>	Problematização - define quais questões do passo inicial precisam ser debatidas com mais ênfase e qual conhecimento precisa ser retomado.
<b>3.º PASSO</b>	Instrumentalização – a apropriação do conhecimento pelo proletariado para que estes tenham poder maior para contestar essa dominação da classe burguesa.
<b>4.º PASSO</b>	Catarse - trata da conscientização da camada popular, de domínio dos instrumentos.
<b>5.º PASSO</b>	Ponto de chegada - o aluno é levado novamente ao passo número um, a prática social agora com uma diferença significativa, não mais são discutidos só o que se tem ideia sobre o assunto, mas o aluno já estará nivelado ao seu professor, portanto sua contribuição será muito mais específica e significativa.

**Fonte:** Adaptado de Saviani (2008).

Saviani (2008) também concebeu onze teses (Quadro 2) sobre educação e política, nas quais explicita que ambas são fenômenos diferentes entre si, mas ao mesmo tempo estão imbricadas. Desta maneira, aduz a importância política da/na educação. É, pois, realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política.

**Quadro 2** - Teses sobre educação e política

TESES SOBRE EDUCAÇÃO E POLÍTICA	
TESE 1	Não existe identidade entre educação e política. Corolário: educação e política são fenômenos inseparáveis, porém efetivamente distintos entre si.
TESE 2	Toda prática educativa contém inevitavelmente uma dimensão política.
TESE 3	Toda prática política contém, por sua vez, inevitavelmente uma dimensão educativa.
TESE 4	A explicitação da dimensão política da prática educativa está condicionada à explicitação da especificidade da prática educativa.
TESE 5	A explicitação da dimensão educativa da prática política está, por sua vez, condicionada à explicitação da especificidade da prática político da tese 1. Com efeito, é possível captar a dimensão política da prática educativa e vice-versa na medida em que essas práticas forem captadas como efetivamente distintas uma da outra.
TESE 6	A especificidade da prática educativa se define pelo caráter de uma relação que se trava entre contrários não-antagônicos.
TESE 7	A especificidade da prática política se define pelo caráter de uma relação que se trava entre contrários antagônicos. Corolário: a política é, então, uma relação de dominação alicerçada, pois, na dissuasão (dissenso, repressão).
TESE 8	As relações entre educação e política se dão na forma de autonomia relativa e dependência recíproca.
TESE 9	As sociedades de classe se caracterizam pelo primado da política, o que determina a subordinação real da educação à prática política.
TESE 10	Superada a sociedade de classes, cessa o primado da política e, em consequência, a subordinação da educação.
TESE 11	A função política da Educação se cumpre a medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.

**Fonte:** Adaptado de Saviani (2008).

Frente a todos os enfrentamentos que a escola precisa fazer para de fato formar cidadãos conscientes de sua situação e capazes de promover alguma mudança, nossas instituições precisam dialogar com os princípios da democracia, pois uma escola popular necessita ser democrática.

Escola e democracia devem se articular na formação dos indivíduos, oportunizando educação pela democracia e para a democracia. Pela democracia, pois se acredita que os conteúdos devem ser organizados de forma a favorecer o desenvolvimento de valores e práticas democráticas. E para a democracia, porque a formação de um cidadão de fato, deve orientar-se para a convivência em uma sociedade democrática, onde valores como tolerância, igualdade, equidade, liberdade são indispensáveis no processo de luta por igualdade social.



**Dica:** *Que tal assistir a um vídeo com críticas ao Sistema Educacional do Brasil? Acesse através do QR code e pontue suas inferências com o tutor de sua turma!*

“Sem educação não tem solução!” [...] “Escola não é comércio. Escola é instituição. Hoje nós perdemos feio para países destroçados pela guerra, como Alemanha, Japão, Coreia e China. Eles se ergueram por causa da educação e nos superaram em eficiência, tecnologia e avanços”.

No ápice do vídeo, a exposição de Alexandre Garcia propõe uma “Revolução pela educação”.

***Registre os indicadores que Alexandre Garcia apresenta no vídeo e comente-os, refletindo sobre os impactos no contexto educacional.***

Ótima discussão!

### **1.3 – Democratização da escola pública**

A democratização da escola envolve uma discussão ampla, não sendo uma luta fácil, nem simples em nosso país, o que perpassa pela história da educação no Brasil, desde os tempos da Independência (período em que a educação ainda era desvinculada das lutas sociais da época).

Leher (2002) enfatiza que o princípio da Constituição Federal outorgada em 1824 propunha a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, todavia não atendia índios, negros (libertos), crianças e jovens de classe baixa, sendo a educação direito efetivo somente para os cidadãos das classes mais abastadas (filhos das classes dominantes).

Libâneo (2002), em seu livro *Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos*, aborda que a democratização da escola necessita transcender o acesso das camadas mais pobres da população, aqueles sem condições mínimas.

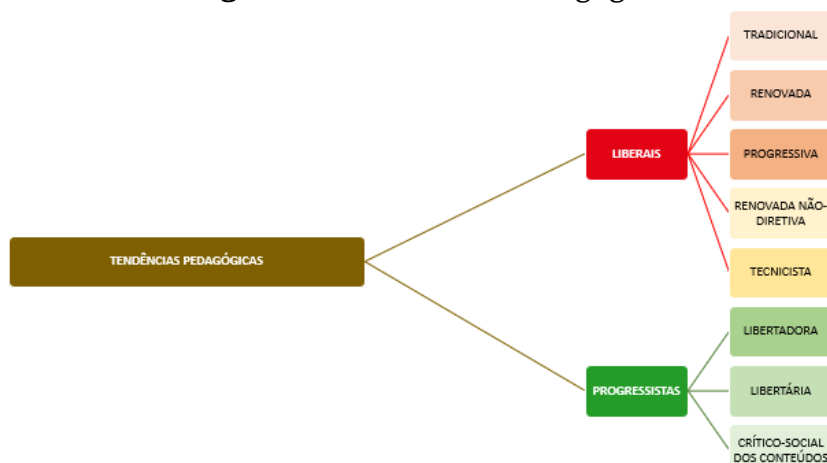
[...] Democratizar o ensino é ajudar os alunos a se expressarem bem, a se comunicarem de diversas formas, a desenvolverem o gosto pelos estudos, a dominarem o saber escolar; é ajudá-los

na formação de sua personalidade social, na sua organização enquanto coletividade. Trata-se, enfim, de proporcionar-lhes o saber e o saber-fazer críticos como pré-condição para sua participação em outras instâncias da via social, inclusive para melhoria das suas condições de vida. A democratização da escola pública, portanto, deve ser entendida aqui como ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, para responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas (melhoria de vida) e à sua inserção num projeto coletivo de mudança da sociedade (LIBÂNEO, 2002, p. 12).

Libâneo (2002) corrobora com a negação da escola atual, propondo um modelo escolar que passe pela presença maciça das crianças e com professores preparados, comprometidos com as classes populares e a democratização do saber. Nesta perspectiva, seu livro reúne artigos escritos em diferentes momentos, fazendo uma análise crítica aos modelos educacionais existentes, o que propicia ao leitor-educador refletir sobre sua própria prática.

No livro “Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos” destaca-se a importância dos educadores adquirem clareza das tendências pedagógicas liberais e progressistas (Figura 4), visto que estas configuram diferentes concepções de homem e de sociedade.

**Figura 4 - Tendências Pedagógicas**



**Fonte:** Adaptado de Libâneo (2002).

A educação liberal iniciou com a pedagogia tradicional, evoluindo para a pedagogia renovada (denominada escola nova ou ativa), o que não significou a substituição de uma pela outra, pois ambas conviveram e convivem ainda na prática escolar. A pedagogia liberal sustenta a concepção de que a escola tem por função preparar os alunos para o desempenho de papéis sociais, de acordo com as aptidões individuais. Para isso, os indivíduos precisam aprender a adaptar-se aos valores e às normas vigentes na sociedade de classes, através do desenvolvimento da cultura individual. Todavia, a ênfase no aspecto cultural esconde a realidade das diferenças de classes, pois, embora difunda a ideia de igualdade de oportunidades, não leva em consideração a desigualdade de condições existente (LIBÂNEO, 2002).

O processo de ensino no Brasil foi marcado pelas tendências liberais, de maneira ora conservadora, ora renovada. Tais tendências se manifestam, concretamente, nas práticas escolares e no ideário pedagógico de muitos professores, ainda que estes algumas vezes não se deem conta dessa influência em seus planejamentos e práticas (LIBÂNEO, 2002).

As Tendências Pedagógicas Liberais são classificadas em tradicional, renovadora progressivista, renovadora não diretiva e tecnicista (Quadro 3) - concebidas no século XIX sob forte influência da Revolução Francesa (1989), do liberalismo ocidental e do capitalismo (LIBÂNEO, 1989).

**Quadro 3 - Tendências Pedagógicas**

<b>TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS LIBERAIS</b>			
<b>Tradicional</b>	<b>Renovadora Progressivista</b>	<b>Renovadora não Diretiva</b>	<b>Tecnicista</b>
<p>A pedagogia tradicional está no Brasil desde os jesuítas, tendo como foco a universalização do conhecimento, a repetição, o treino intensivo e a memorização como estratégia utilizada pelo professor para transmitir o acervo de informações aos alunos. Sua proposta educacional é centrada no professor.</p>	<p>A Tendência Renovada Progressivista, também conhecida como Pedagogia Nova/ Escolanovismo/ Escola Nova, aduz a educação como uma “[...] corrente que trata de mudar o rumo da educação tradicional, intelectualista e livresca, dando-lhe sentido vivo e ativo. Por isso se deu a esse movimento o nome de ‘escola ativa.’” (LUZURIAGA, 1980, p. 227). Sua repercussão ocorreu com o Movimento Escola Nova, influenciado pela corrente progressivista de John Dewey.</p>	<p>A vertente Liberal Renovada Não Diretiva é um ramo da Tendência Liberal Renovada Progressivista, contempla a educação centrada no estudante para formar sua personalidade a partir das vivências e experiências significativas. A avaliação escolar privilegia a autoavaliação do aluno.</p>	<p>Segundo Saviani (2013), na tendência tecnicista o elemento principal é a organização racional dos meios, professor e o aluno ocupam uma posição secundária relegada à condição de executores de um processo, cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas habilitados, neutros, objetivos e imparciais. A organização do processo converte-se na garantia da eficiência, e compensa e corrige as deficiências do professor e os efeitos de sua intervenção.</p>

**Fonte:** Adaptado de Libâneo (2002); Luzuriaga (1980); Saviani (2013).

As tendências Progressistas partem de uma análise crítica das realidades sociais, sustentando as finalidades sociopolíticas da educação, o que se pode definir como um instrumento de luta dos professores ao lado de outras práticas sociais. Essas tendências são classificadas em: Libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos (Quadro 4).

**Quadro 4 - Tendências Pedagógicas**

<b>TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS PROGRESSISTA</b>		
<b>Libertadora</b>	<b>Libertária</b>	<b>Crítico-social dos conteúdos</b>
A Tendência Progressista Libertadora, também é conhecida como pedagogia de Paulo Freire, possui um aspecto político, tendo suas ideias consagradas em diversos países. Possui um caráter anti-autoritarista, destacando a ideia de autogestão pedagógica e a valorização da experiência vivenciada como alicerce da relação educativa. Valoriza o método de aprendizagem em grupo, articulado à prática social do povo, e destaca-se na modalidade de educação popular não formal.	A Tendência Progressista Libertária tem como fundamento a realização de modificações institucionais a partir dos níveis subalternos, de modo a contagiar e modificar todo o sistema. A pedagogia libertária tem em comum com a libertadora “[...] a valorização da experiência vivida como base da relação educativa e a ideia de autogestão pedagógica” (LUCKESI, 1993, p. 64).	A Tendência Histórico-Crítica nasce em 1979, inspirada em Demerval Saviani, professor e coordenador do Curso de Doutorado em Educação da PUCSP. Essa tendência teve suas primeiras publicações na Revista da Associação Nacional de Educação (ANDE).

**Fonte:** Adaptado de Libâneo (2002); Luckesi (1993).

Para Libâneo (1989), a tendência pedagógica progressista constitui-se por meio das tendências Libertadora, Libertária e Crítico-social dos Conteúdos, emergindo do processo de abertura política e efervescência cultural. Tais tendências, infelizmente têm dificuldades de se institucionalizar em uma sociedade capitalista como a nossa, principalmente por ser um instrumento de luta dos professores, resultado de suas inquietações e angústias em relação à educação.

Em seu centro emerge a preocupação com a participação política das massas a partir da tomada de consciência da realidade brasileira. E a educação passa a ser vista como instrumento de conscientização. A expressão “educação popular” assume, então, o sentido de uma educação do povo, pelo povo e para o povo, pretendendo-se superar o sentido anterior, criticado como sendo uma educação das elites, dos grupos dirigentes e dominantes, para o povo, visando a controlá-lo, manipulá-lo, ajustá-lo a ordem existente (SAVIANI, 2013, p. 317).






O desenvolvimento das tendências pedagógicas no Brasil foi/é marcado por lutas e transformações no âmbito educacional, influenciando os docentes na construção do processo educativo. Entretanto, você pode estar se perguntando para quê estudar ou conhecer as tendências? Vamos refletir!

### **Algumas reflexões:**

As tendências articulam teoria e prática sobre diferentes concepções pedagógicas, precisando ser estudadas, para além de um conhecimento teórico – o que não significa apenas ler esse material e/ou o que os diferentes teóricos escrevem/escreveram/estudaram sobre elas. Todavia, se faz necessário refletir sobre a nossa prática docente, compreendendo o nosso fazer pedagógico, de maneira que possamos articular a teoria à prática, discutindo a educação no contexto vivido em um aspecto social e político – em uma luta pela/para a transformação e democratização da educação.

#### **INDICAÇÃO DE LEITURA:**

	<p>A obra reúne seis textos independentes produzidos sob a forma de comunicações em eventos científicos, capítulos de livros e/ou artigos publicados em periódicos nos anos de 1982 a 1984 e têm como foco o desenvolvimento de ideias-chave acerca de questões pedagógico-didáticas.</p> <p><b>Fonte:</b> <a href="https://edrev.asu.edu/index.php/ER/article/download/3107/1049">https://edrev.asu.edu/index.php/ER/article/download/3107/1049</a><a href="https://edrev.asu.edu/index.php/ER/article/download/3107/1049">https://edrev.asu.edu/index.php/ER/article/download/3107/1049</a></p>
---	---

INDICAÇÃO DE FILMES:	
	<p>O filme relata a história de uma criança chamada Ishaan, de 9 anos de idade, que mora com sua família na Índia. Seu irmão é o exemplo da sala de aula, diferente de Ishaan que apresenta dificuldades no ensino-aprendizado e repetiu a terceira série pela segunda vez. Na escola onde estuda o ensino é tradicional tendo com uma professora autoritária e arrogante perante as dificuldades de Ishaan. Um professor de artes não-convencional ajuda um estudante de oito anos com distúrbio de aprendizagem a descobrir seu verdadeiro potencial.</p> <p><b>Fonte:</b> Estúdio/Distrib: Aamir Khan Productions (2007)</p>
	<p>Uma jovem e idealista professora chega a uma escola de um bairro pobre, que está corrompida pela agressividade e violência. Os alunos se mostram rebeldes e sem vontade de aprender, e há entre eles uma constante tensão racial. Assim, para fazer com que os alunos aprendam e também falem mais de suas complicadas vidas, a professora Gruwell aposta em métodos diferentes de ensino. Aos poucos, os alunos vão retomando a confiança em si mesmos, aceitando mais o conhecimento e reconhecendo valores.</p> <p><b>Fonte:</b> Paramount Pictures (2007)</p>

## **Aparelhos Ideológicos do Estado e as implicações político-sociais e culturais na e para a educação brasileira**

As tendências pedagógicas orientam a atuação do educador, possibilitando respostas sobre as questões de estruturação do processo de ensino, e visam refletir e compreender o quê, para quem, para quê e por que ensinar. Por isso, é de fundamental relevância que os profissionais de educação conheçam as tendências pedagógicas. Isso porque a prática docente apresenta uma demanda cada vez maior de desafios a serem superados no que tange as implicações político-sociais e culturais na e para a educação brasileira.

Importa reforçar que a nossa sociedade mantém e alimenta uma estrutura de classes, cuja esfera dominante acaba sendo ainda a detentora do capital cultural e intelectual. O Estado, por sua vez, utiliza-

se de aparelhos ideológicos que servem para reprimir, manipular e controlar as massas da sociedade. A escola constitui um desses aparelhos ideológicos, pois desde a época da colonização até hoje é responsável para preparar mão de obra para o trabalho (ALTHUSSER, 1970).

Tal afirmação de Althusser (1970) precisa se atrelar aos estudos sobre as instituições educativas no Brasil, considerando todas as experiências que a história da educação, em seu percurso de construção, vem acumulando no mundo. Desta maneira é importante levantarmos estas discussões para tecermos reflexões sobre o papel na educação para a sociedade, de maneira crítica e embasada.

A Escola é o lugar do bem e da verdade. Ou pelo menos foi o que nos disseram desde pequenos, quando começamos a entender que a Escola deveria fazer parte da nossa vida ao longo de vários anos. Podemos, com isso, nos questionar sobre o porquê da obrigatoriedade da Escola; ou de onde vem esse saber mágico que se faz indispensável a todos que vivem em sociedade; ou quem foi que decidiu que a Escola funcionaria nesses moldes que conhecemos – seja em termos de grade curricular; arquitetura dos prédios cheios de grades, disposição das mesas e cadeiras dentro da sala de aula; ou no que se refere à hierarquia e estruturação de poder/autoridade dentro da instituição escolar (SCHULZ, 2018, p. 13).

## **ATIVIDADE COMPLEMENTAR**

Você já parou para pensar qual resposta daria para um aluno que indaga acerca do porquê estudar ou ir à escola diariamente? O que você diria?

---

---

Seus pais/responsáveis e/ou professores da educação básica conversaram com você sobre o papel da escola? Conte-nos sua experiência:

---

---

Schulz (2018) destaca algumas falas para responder o porquê estudar na escola e qual o seu papel social. Vamos refletir e pensar nas seguintes descrições apontadas pelo autor:

*Nós a frequentamos para nos preparar para o mercado de trabalho! (SCHULZ, 2018, p. 13).*

*Para “ser alguém na vida!” (SCHULZ, 2018, p. 13).*

*Para garantir nosso futuro! (SCHULZ, 2018, p. 13).*

*Para “sair da ignorância!” (SCHULZ, 2018, p. 13).*

*Para nos preparar para a vida em sociedade! (SCHULZ, 2018, p. 13).*

Certamente, alguns dos professores já ouviram tais explicações quando crianças e alunos da educação básica. Todavia, são várias as questões que permeiam a função da escola, desde a sua historicidade e estudos contemporâneos. Entender a existência e o funcionamento da escola numa perspectiva social e ideológica, observando sua articulação com as demais instituições e como ela atuou e atua hoje sobre os sujeitos, é importante para a significação e ressignificação do educador como um profissional que luta pela desalienação do sujeito e contra as desigualdades educacionais.

Ao longo da história da educação brasileira, a igreja também foi importante para o desenvolvimento de uma educação/catequização e organização social, mas com a diminuição do seu poder no país, a Escola passou a ganhar um peso cada vez maior pois dispunha durante tantos anos da “audiência obrigatória [...] da totalidade das crianças da formação social capitalista” (ALTHUSSER, 1985, p. 80).

A Escola nos ensina desde crianças a importância de ter disciplina, começando por andar em fila, sentar-se em silêncio, levantar a mão e esperar a autorização do professor para poder falar e obedecer, tendo uma função de formar bons cidadãos. Contudo para Schulz (2018), a Escola nos ensina qual é o nosso lugar na sociedade, buscando manter as relações de classe no eixo da inércia.

Desta maneira, a Escola é, em essência, na visão de Althusser (1985), um aparelho ideológico de Estado e, como tal, está a serviço do Estado. Para o autor os aparelhos ideológicos reúnem instituições sociais de caráter ideológico (escolar, religioso, familiar, político, jurídico, sindical e da informação – imprensa, televisão, rádio etc.); e o aparelho repressivo de Estado no singular, constituído pelo sistema judiciário, presídios, polícia etc.

Com isso, vamos refletir na educação enquanto um fator importante ainda a ser construído. Como?

Frente à estagnação desse sistema de reprodução discursiva que a Escola tende a ser, não podemos admitir que nossa prática seja meramente otimista ou, pior, conformada com a estrutura escolar. Para se pretendemos uma transformação radical no paradigma da educação, enquanto sujeitos-professores não será suficiente a continuidade do funcionamento atual desta educação que está posta de cima para baixo, ao qual não faltam críticas (SCHULZ, 2018, p. 51).

A retrospectiva da educação no Brasil propicia a compreensão do caos que vivemos nela até hoje. Ao observar os movimentos registrados temos a elite dominante, intelectuais e governantes fazendo e desfazendo o processo educacional com normas e leis que se projetam sem a participação e o interesse da sociedade de maneira democrática e igualitária (SCHULZ, 2018).

Na Pedagogia do Oprimido, lançado em 1974, Freire (2013) diz que:

O que temos de fazer, na verdade, é propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação (FREIRE, 2013, p. 120).

Num projeto de educação libertadora, os estudantes devem ser incentivados, quebrando o espelhamento dos sujeitos na ideologia, encorajando-os a ousar pensar e se revoltar com o sistema que impõe a desigualdade social. Sendo assim, é um apelo para que possamos – docentes e discentes – abrir espaço para a dialogicidade e luta para condições de transformação do paradigma atual educativo.

Precisamos refletir que o discurso do educador não deve sobrepor, muito menos silenciar o educando, e que não deve haver uma hierarquia de relevância entre os conhecimentos trazidos por ambas as partes. Na contramão disso, devemos conceber um projeto pedagógico vindouros da realidade experienciada - o que não é novidade na literatura pedagógica de Paulo Freire.

A educação não deve estar a serviço da minoria, mas da ampla sociedade, assegurando o direito constitucional, só assim, asseguraremos o cumprimento do espaço democrático, em que a educação está comprometida com a formação do aluno, potencializando suas habilidades e competências. Ou seja, a escola precisa ser construída por/pelos estudantes e indivíduos que compõe a comunidade escolar.

Sendo assim, ao nos referirmos sobre educação, trabalho e democracia, precisamos dialogar com a formação dos indivíduos a partir de um modelo educacional plural, democrático e coerente com os principais movimentos educacionais. De modo que, a escola não pode ser espaço para mero treinamento, ambiente opressor para consolidar saberes tradicionais e conteudistas, mas sobretudo para ensinar o educando a ser um cidadão, crítico, reflexivo e autor da própria história.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1970.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. nº 13. 10. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996.
- BRASIL. *Constituição*. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BEZERRA, G. F.; ARAÚJO, D. A. C. De volta à teoria da curvatura da vara: a deficiência intelectual na escola inclusiva. *Educação em Revista* [online]. v. 27, n. 2, pp. 277-302. 2011.
- CORTELLA, M. S. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- FRANCO, L. A. C. *A Escola do Trabalho e o Trabalho de Escola*. 2. ed. SP: Cortez: Autores Associados. 1988.
- FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. R. (org.). *O educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-101.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

- LEHER, R. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o alívio da pobreza*. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- LIBÂNEO, J. C. *Democratização da Escola Pública: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos*. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.
- LUCKESI, C. C. *Filosofia da educação*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- LURIZIAGA, L. *História da educação e da pedagogia*. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- NEGRÃO, F. C.; RAMOS, É. S. O uso de espaços não formais na formação de novos professores: experiências e vivências. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, [S. l.], v. 2, n. 3, 2020.
- QUINTAS, S.F. MUÑOZ, A.R. *Proyecto pedagógico: diseño y práctica*, Copistería de la Escuela Universitaria de EGB, 1986.
- SAVIANI, D. *Escola e Democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. 112 p. (Coleção Educação Contemporânea)
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SCHULZ, M. F. *Escola como arena de luta e resistência: um olhar discursivo para a escola e seus sujeitos*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Letras. Porto Alegre: 2018.



## UNIDADE 2 – EDUCAÇÃO E O MUNDO DO TRABALHO

A sociedade atual é marcada pelo alto índice de tomadas de decisões em curto prazo. A sociedade do emergente é controlada pelo capitalismo e pela globalização, impulsionada por inovações científicas e tecnológicas na defesa por uma modernização da vida social e para outras formas de pensar o mundo (COELHO; COSTA, 2009). A educação emerge nesse contexto como ponte para a construção de uma realidade mais humana, social e justa.

O aumento da velocidade de acesso e difusão das informações; o avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos; as novas formas de organização social, de gestão de empresas e trabalhadores, além de mudanças nos processos educativos produzem efeitos, às vezes, impactantes na vida de todos, crianças, jovens e adultos, estudantes e trabalhadores (COELHO; COSTA, 2009, p. 49).

Os impactos da sociedade emergente na escola são vislumbrados a partir das mudanças na estrutura curricular, dos tempos e espaços da escola e do gerenciamento do corpo docente. Ao modificá-los, a sociedade também muda, uma vez que se alteram hábitos, tradições e valores culturais, visto que em pouca ou maior escala, a educação tem o objetivo de dar respostas aos dilemas da sociedade.

Nessa perspectiva, a educação no Brasil evidencia a erradicação das desigualdades a partir da busca e acesso ao conhecimento.

**Art. 1º** A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, 1996).

Por sua vez, a educação abrange todos os processos formativos que acontecem no seio familiar, nas interações humanas, no mundo do trabalho e nas instituições de ensino e pesquisa (COELHO; COSTA, 2009), de modo que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96) reforça a complexidade do conceito de “educar”, posto que sua ação não está restrita apenas para o ambiente escolar, apesar de ser da escola, o papel principal de institucionalização dos saberes inerentes ao crescimento pessoal e desenvolvimento profissional.

Pensar a educação de forma ampla significa lutar contra a dicotomia das etapas entre o pensar e o fazer, uma vez que todos os sujeitos, adultos ou crianças, são capazes de construir um saber sobre sua atividade, identificar problemas e resolvê-los, dominando assim o processo de apreensão da realidade (COELHO; COSTA, 2009, p. 50).

Sobre isso, Cortella (2016) aduz que a educação está subdividida em duas categorias, a saber: a) educação vivencial e espontânea; e b) educação intencional ou propositada. A primeira assume a prerrogativa do “vivendo e aprendendo”, por meio das relações interpessoais e intrapessoais, enquanto a segunda refere-se aos saberes oriundos de espaços específicos do saber.

A educação é em geral adjetivada, aparecendo em associação a outros termos: básica, aberta, popular, compensatória, profissional, integral, em serviço, a distância, especial, formal, fundamental, geral e tantos outros. Essa diversidade de adjetivos possibilita aos educadores dar conta da amplitude do conceito e relacioná-lo aos campos do desenvolvimento, do trabalho e da práxis, pelo viés da formação humana (COELHO; COSTA, 2009, p. 50).

Os princípios basilares da educação escolar estão expostos no artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96) ao referirem a importância de condições igualitárias do acesso e permanência na escola; liberdade de ensino, aprendizado, pesquisa e divulgação da cultura, do pensamento, da arte e do saber; incidências de ideias plurais e concepções pedagógicas diversas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; criação de instituições de ensino públicas e privadas; acesso gratuito da educação pública; valorização do profissional da educação; gestão democrática; busca por um padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; e por fim, as relações entre educação escolar, trabalho e práticas sociais.

O vínculo entre educação, trabalho e práticas sociais impulsiona o desafio de uma educação para a formação humanística, motivada pelo objetivo de formar o “cidadão do mundo” com o “sentimento coletivo mundial” (RODRIGUES, 2001).

[...] a ação educativa, enquanto ação formativa, é uma atividade extremamente complexa e de alta responsabilidade. Segue um percurso não-espontâneo e casual e, em suas formas mais complexas e elevadas, deve ser conduzido por pessoas qualificadas para exercer a função de Educar [...] Nenhum indivíduo isoladamente, por melhor preparo que tenha, será capaz de oferecer a outro a plenitude da formação de que ele necessita, bem como nenhuma instituição, ainda que seja definida como educativa, poderá dar conta desse papel. Essa tarefa é de responsabilidade social. Pode ser que a sociedade não realize a melhor educação que se deseja, mas ela realizará a melhor educação possível (RODRIGUES, 2001, p. 244).

Nesse contexto, as relações de trabalho despontam como meios para organização e educação da/na vida, posto que o trabalho é essencial ao ser humano, cumprindo uma função evolutiva no indivíduo, ao permitir a criação e fortalecimento de relações, experiências e conhecimento sobre o mundo e sobre si (COELHO; COSTA, 2009).

Pensar a educação e o trabalho como fruto de investigações reflexivas a partir de teorias da formação humana implica em reconhecer a

necessidade de se problematizar a educação, buscando que esta, interaja com o mundo a partir das experiências formativas do sujeito, de modo que tais relações/interações são munidas a partir do relacionamento com o mundo do trabalho.

É por intermédio do trabalho que o indivíduo entrepõe-se com a natureza, transformando-a e sendo transformado por ela (BORDENAVE, 1999). Logo, o trabalho é balizador na estruturação e organização social.

O trabalho é o principal ordenador da vida humana associada. Regras, horários, atividades e interações sociais são dispostas conforme as exigências que as tarefas impõem. Tais características, se por um lado, contemplam a peculiaridade humana de busca por ordem, consistência e previsibilidade, por outro, ao estabelecerem sincronicidade e um ritmo frenético de vida no trabalho, dispõem às pessoas tempo físico e psíquico restrito para que possam pensar e aprimorar suas vidas pessoais (ZANELLI, 2010, p. 23).

O trabalho é um núcleo definidor do sentido da existência humana. Toda a nossa vida é baseada no trabalho, pois “nascemos, crescemos e morremos dentro das organizações de trabalho” (ZANELLI, 2010, p. 25). Nesse mesmo sentido, Lukács (2013, p. 34) reforça que “[...] a essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade”.

Por isso, a literatura indica que o trabalho pode ser concebido como atividade de transformação pessoal, ou atividade tortuosa e dolorida, em ambos os casos, há consenso entre os teóricos que o trabalho é condição *sine qua non* para sobrevivência (ALBORNOZ, 2000). Partindo desse pressuposto, podemos inferir que o discurso social de que as máquinas substituirão os trabalhadores não passa de suposições pautada no senso comum (ANTUNES; ALVES, 2004), uma vez que a classe trabalhadora, ano após ano, apresenta novas dimensões e estruturações, evidenciando meios para produção - de aspectos e serviços mais braçais, até mesmo a *uberização* das coisas, motivada e ampliada pelas tecnologias digitais.

[...] o trabalho se revela como o veículo para a autocriação do homem enquanto homem. Como ser biológico, ele é um produto do desenvolvimento natural. Com a sua autorrealização, que também implica, obviamente, nele mesmo um afastamento das barreiras naturais, embora jamais um completo desaparecimento delas, ele ingressa num novo ser, autofundado: o ser social (LUKÁCS, 2013, p. 82).

Sobre a ideia de trabalho enquanto processo de humanização do homem, Marx (1980) aduz que o trabalho fundamenta a existência social do indivíduo, assegurando uma vida digna de sobrevivência, visto que o trabalho é uma prática social, imbuído de valores, cultura, crenças e ideologias, influenciando na composição da identidade individual e coletiva da sociedade.

## ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Leia atentamente o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996:

Art. 1º) A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Com base no artigo e em seus conhecimentos, elabore um parágrafo argumentando a importância de se relacionar uma concepção de formação humana mais abrangente com uma perspectiva que leve em consideração elementos da educação e do mundo do trabalho na vida de um ser humano. Para isso, considere as seguintes questões:

1. Destaque a importância da educação na boa instrução e formação do ser humano.
  3. Demonstre de forma sucinta a relação da formação humana com as práticas educacionais e com as relações do mundo do trabalho.
- 
- 
-

## 2.1 – Educação, trabalho e cidadania

A sociedade atual é marcada por inúmeras transformações, especialmente, em detrimento do avanço das tecnologias em suas diferentes instâncias, tais como: produção de bens naturais; relações políticas; e construção cultural. Tal reconfiguração requer que a educação assuma o papel de mediadora das práticas de trabalho frente ao desenvolvimento de uma consciência cidadã (SEVERINO, 2000).

A educação, como processo pedagógico sistematizado de intervenção na dinâmica da vida social, é considerada hoje objeto prioritizado de estudos científicos com vistas à definição de políticas estratégicas para o desenvolvimento integral das sociedades. Ela é entendida como mediação básica da vida social de todas as comunidades humanas. Esta reavaliação, que levou à sua revalorização, não pode, no entanto, fundar-se apenas na sua operacionalidade para a eficácia funcional do sistema socioeconômico, como muitas vezes tendem a vê-la as organizações oficiais, grandes economistas e outros especialistas que focam a questão sob a perspectiva da teoria do capital humano (SEVERINO, 2000, p. 2).

Importa dizer que a educação é fundamental para o desenvolvimento do homem, contudo num grau hierárquico, esta não está acima da moradia, saneamento básico, oportunidade de trabalho e saúde, portanto, ser cidadão é ter acesso a todos esses benefícios e riquezas, posto que

não será a partir de uma política de supervalorização da educação que a sociedade se tornará justa e igualitária. A cidadania se constrói a partir do investimento no conjunto das condições materiais e culturais de vida em sociedade (GALVÃO, 2007, p. 179).

O trabalho constitui elemento definidor da vida da maioria das pessoas. Por intermédio dele o ser humano busca atuar sobre a natureza, interage com o objeto, modifica o mundo e a si mesmo, altera sua maneira de conviver com a realidade objetiva e de percebê-la. Nesse sentido ele é gerador de saber, fonte para a explicação e compreensão da realidade. Na

atividade prática, o ser humano apreende a realidade, toma consciência das contradições, dos problemas, dos aspectos negativos, e pode se esforçar por superá-los, procurando identificar e potencializar os aspectos positivos. Nesse ponto é que se encontra a concepção de trabalho voltada para a qualidade social e a sua virtualidade, a ser captada pelo ser-sujeito, empenhado na luta pela conquista de sua autonomia e pela garantia de uma vida digna (GONÇALVES, 1996, p. 49).

A concepção de cidadania entrou em evidência a partir dos últimos anos da Ditadura Militar – período em que o Brasil almejava sua redemocratização, vislumbrada por meio da Constituição Federal de 1988. O conceito de cidadania é completo e polissêmico, sendo definido a partir dos processos históricos da sociedade.

A concepção de cidadania entrou em evidência a partir dos últimos anos da Ditadura Militar – período em que o Brasil almejava sua redemocratização, vislumbrada por meio da Constituição Federal de 1988. O conceito de cidadania é completo e polissêmico, sendo definido a partir dos processos históricos da sociedade.

O conceito de cidadania está vinculado a ideia de Estado-Nação, sendo dever do Estado propiciar o cumprimento dos direitos do cidadão, entretanto, vivemos em uma crise moral do Estado-Nação, o que impulsiona o descrédito frente aos provimentos dos direitos, posto isso é importante pensar as relações do Estado com as dimensões da cidadania (Quadro 5).

**Quadro 5** - Dimensões clássicas da cidadania

DIMENSÕES	CARACTERÍSTICAS	ÊNFASE
Direitos Civis	São os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Incluem o direito de ir e vir, escolher o trabalho, manifestar o pensamento, organizar-se, ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, não ser preso a não ser por autoridade competente e de acordo com a lei e não ser condenado sem processo regular	Liberdade individual

Direitos Políticos	Dizem respeito à participação do cidadão no governo da sociedade. Normalmente, limitam-se a uma parcela da população e relacionam-se com a capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e ser votado.	Direito ao voto
Direitos Sociais	Enfatizam a participação de todos na riqueza coletiva. Incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. Dependem do Poder Executivo e, em sociedades politicamente organizadas, permitem a redução das desigualdades produzidas pelo capitalismo e um mínimo de bem-estar a todos.	Justiça social

**Fonte:** Adaptado de Carvalho (2008).

Atualmente, o conceito de cidadania perpassa as características propostas no quadro anterior, visto que por conta das novas configurações sociais, influenciadas pelo mundo pós-globalizado, o capitalismo tem ditado as formas de mercado, consumo e organização da própria vida, reforçando o conceito de cidadania multicultural.

Conforme Oliveira (2018, documento online):

[...] a cidadania multicultural assinala uma preocupação geral com a reconciliação do universalismo de direitos e da associação de membros em Estados-nações liberais com o desafio da diversidade étnica e demais aspirações de identidade atribuídas [...].

Nesse contexto, consideramos que os grupos pluriétnicos, por exemplo, dispõem de histórias que podem alavancar as desigualdades de direitos. Em relação ao cidadão afrodescendente, nosso país possui um histórico de preconceito, racismo e discriminação, na qual, buscase com leis, projetos e movimentos sociais, a superação de estigmas e a garantia dos direitos de/para todos. Tal processo é semelhante aos diversos coletivos e minorias políticas que buscam assegurar sua identidade, enquanto cidadãos brasileiros.

Nos estudos sobre as reconfigurações do conceito de cidadania, Taylor (2004, p. 5) aduz que:



O que nós propomos é que não se insista mais sobre uma cidadania abordada através da educação cívica ou da instrução cívica, mas que se reinvente, como condição prévia à realização de uma cidadania multicultural, uma educação popular (por outras palavras, uma educação autenticamente do povo, pelo povo e para o povo) visando a co-habitação cultural.

A educação é um excelente caminho para o desenvolvimento da cidadania multicultural, posto que a educação abre espaços para o desenvolvimento de pessoas críticas, reflexivas, questionadoras, curiosas e desejosas por fazer a diferença no âmbito social. Por isso, desde os primeiros movimentos de redemocratização do país, evidencia-se a necessidade de construção de uma proposta educacional que esteja voltada para a consciência cidadã.

Na perspectiva de pensar uma proposta educacional sobre/para cidadania, é possível refletir sobre o conceito de “cidade educadora”, visto que “não se pode falar de Escola Cidadã sem compreendê-la como escola participativa, escola apropriada pela população como parte da apropriação da cidade a que pertence” (GADOTTI, 2006, p. 135). Nesse viés, o diálogo entre escola e sociedade é uma forma de assegurar a integração entre educação e cidadania.



**Dica:** Conheça o projeto *Escola Cidadã Integral de Paraíba*, cujo objetivo é contribuir para que os alunos aprendam a conviver com o outro, tornando-os protagonistas desse processo.

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=nw4Jfo2e0Sw>

## 2.2 – Os sentidos do trabalho

(...) são os tempos que mudam,  
(...) é o trabalho que deixou de ser o que havia sido  
(SARAMAGO, 2000, p. 106-107).

Pensar os sentidos do trabalho, no plural mesmo, nos remete a literatura do sociólogo Ricardo Antunes (2013), que traz para o debate

as seguintes indagações: a) o que é o trabalho? Qual a essência do trabalho? Qual o sentido do trabalho? Assim, por meio de ideologias e discursos associados as diferentes relações de poder, Antunes (2013) traz críticas e reflexões a partir do processo capitalista de produção.

Sobre o capitalismo, Antunes (2013) reforça que consiste em um sistema tridimensional, posto que envolve estado, trabalho e capital, compreendendo o trabalho como valor de troca do capital, e, ainda, adiciona a perspectiva da aparência, conceito que abarca a supervalorização da estética, não somente a partir do objeto tido, mas sobretudo do sujeito que possui o objeto.

Importa dizer que não há consenso acerca do conceito de “sentido do trabalho”, de modo que reforçamos que

o consenso sequer seria possível no atual momento da ciência. O que se vislumbra é a manutenção da chamada guerra paradigmática, por meio da qual, determinados conceitos se tornam a forma mais comum de explicar a realidade (FERRAZ; FERNANDES, 2019, p. 166).

Para Antunes, não é possível falar em sentido do trabalho enquanto este estiver submetido à lógica do capital, afinal, tanto as atividades desenvolvidas sob a relação de trabalho assalariado quanto aquelas desenvolvidas no tempo livre são repletas de “sentidos estranhados” e, portanto, não produzem o desenvolvimento omnilateral da humanidade; são atividades desprovidas de sentido. Portanto, o trabalho só tem sentido para além do capital (FERRAZ; FERNANDES, 2019, p. 172).

É importante diferenciar a “classe-que-vive-do-trabalho” da “classe trabalhadora”, visto que a primeira tem ligação direta com o “conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção” (ANTUNES, 2003, p. 236), enquanto a “a classe trabalhadora, por conseguinte, é mais ampla do que o “proletariado industrial produtivo” do século passado” (ANTUNES, 2003, p. 236), embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental”, tendo, portanto, uma condição multifacetada e pluriconceitual.

Lessa (2012, p. 27) reforça que:

[...] o conceito de trabalho [...]: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Neste preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho (grifo nosso).

Sobre isso, Pereira, Dolci e Costa (2016) indicam que:

Se perdermos o sentido ontológico do trabalho ou o colocarmos no plano secundário em relação às outras práxis sociais, além de perder a dimensão revolucionária do proletariado, anularemos a condição de historicidade do homem. Sendo assim, o trabalho no sentido ontológico não é uma opção, mas, uma condição *Sine qua non* em processo que se pretenda revolucionário (p. 428).

Tais perspectivas originam-se em Marx (2008) que defende uma concepção dialética do trabalho, cujo homem e natureza articulam-se entre si. Ou seja, o homem molda/transforma a natureza através de sua própria ação, mediada pelo trabalho a fim de torná-la útil para vida humana, propiciando um apoderamento das coisas, dando a elas, “valores-de-uso reais” (MARX, 2008, p. 217).

Marx (1983, p. 53) sugere que:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor das mercadorias. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil, produz valores de uso.

Tais reflexões permitem que afirmemos que os sentidos de trabalho evidenciam os princípios de sociabilidade humana, sobretudo, motivando a proliferação de processos humanizados, contudo, é também salutar a inferência de que a sociedade capitalista transformou o trabalho em subordinado, ou seja, ao mesmo tempo

em que o trabalho contribuiu para o avanço do capital, esse também é refém da estranheza, sujeição e reificação do capital, de modo que “o trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital” (ANTUNES, 2011, p. 10).

Em linhas gerais, o exercício reflexivo sobre os sentidos do trabalho nos direciona para um olhar mais técnico e apurado sobre a vida, visto que estamos imersos em uma sociedade presa ao capital, porém, o desafio do mundo do trabalho é transpor esse capital, mas para isso, requer a superação de um sistema opressor que está pronto para assolar a vida cotidiana do ser que trabalha (ANTUNES, 1999).

## ATIVIDADE

É perceptível, atualmente, a insatisfação que muitos profissionais têm em relação ao trabalho, chegando a ser um fardo que impacta em sua vida pessoal. Algumas pessoas, inclusive buscam apoio para repensar suas carreiras, tendo em vista justamente a falta de realização. Para especialistas e profissionais de orientação vocacional e de carreira, o sucesso profissional e a realização pessoal estão intimamente relacionados, pois um influencia o outro.

A escolha acerca de qual carreira seguir é uma etapa da vida que pode causar grande angústia e incertezas. Muitos jovens escolhem suas carreiras com base no retorno financeiro e não pensam tanto no significado do trabalho, ou seja, no que ele representa e qual lugar ocupa na sua vida. Nesse contexto, o trabalho perde seu sentido. Como é possível resgatar o significado do trabalho no mundo atual, em que ter é mais importante que o ser? O quanto um trabalho com significado contribui para a realização e o sucesso profissional?

Para resolver esse desafio, você deverá entrevistar uma pessoa pela qual tem admiração e que a considera bem-sucedida. Pergunte a ela:

### 1. Qual significado o trabalho tem na sua vida?

---

---

## 2. Como a visão que você tem do trabalho contribui para a sua carreira?

---



---



**DICA:** O livro “Qual é a tua Obra?”, do autor Mario Sergio Cortella tem o objetivo de propiciar a reflexão e identificação do que se deseja conquistar. Assista a um trecho da palestra homônima em que o autor traz inquietudes sobre carreira, trabalho e cidadania.

**Link:** <https://www.youtube.com/embed/pyWLWbaStAU>

### 2.3 – O papel da educação no mundo do trabalho

*Toda sociedade vive porque consome;  
e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho.  
Toda a sociedade vive porque cada geração nela cuida da  
formação da geração seguinte  
e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a.  
não há sociedade sem trabalho e sem educação  
(KONDER, 2000, p. 112)*

A educação tem a premissa básica de prover as interações entre a assimilação da cultura comum e os conceitos oriundos da sociedade (SORAJI, 2012).

Hoje, a educação não é vista apenas na concepção formal do termo, ou seja, já não se concebe a educação como um espaço único e institucionalizado do saber. Diversos estudos refletem a educação como uma instância mais ampla de construção do conhecimento que abarca, além da instituição escola, outros espaços da vida cotidiana, considerando espaços formativos a família e os de trabalho (COELHO; COSTA, 2009, p. 60).

Paro (1997) corrobora na discussão sobre educação ao dizer que:

Para que a humanidade não tenha que reinventar tudo a cada nova geração, fato que a condenaria a permanecer na mais primitiva situação, é preciso que o saber esteja

permanentemente sendo passado para as gerações subsequentes. Essa mediação é realizada pela educação, entendida como a apropriação do saber historicamente produzido. Disso decorre a centralidade da educação enquanto condição imprescindível da própria realização histórica do homem (p. 108).

No âmbito da escola, a atuação docente passa a assumir uma postura provocativa, ou seja, institui a necessidade do exercício crítico-reflexivo acerca da vida, vislumbrando um cenário de dúvidas e inferências, ao invés de respostas prontas e acabadas. A imagem da escola sob o viés das discussões de cidadania, trabalho e educação, explicitam a concepção de uma escola para a vida, superando o ideário de uma instituição de ensino centrada apenas no domínio e assimilação dos conteúdos.

No universo do trabalho, as discussões convergem no sentido de que as estruturas sociais são vítimas de um sistema capitalista que reforça uma vida marginal, incipiente frente as questões básicas de moradia, saúde e escolaridade, dificultando as possibilidades de ascensão social, mesmo que ainda tenhamos uma parcela significativa da sociedade que defende o discurso da meritocracia, sem refletir acerca das desigualdades sociais e as diferenças entre classes.

Tais desigualdades sociais condicionam as chances de ascensão social em uma espécie de balança, ou ainda, assemelha-se a uma competição com obstáculos, no qual a largada é dada de forma descompensada, não padronizada, associada a questões econômicas, culturais, de raça, cor, território, sexualidade e gênero (ABRAMO; BRANCO, 2005).

Não é difícil identificar um grande contingente de trabalhadores que são considerados despreparados e inaptos para o exercício das mais variadas atividades. Esta prerrogativa assume tons trágicos em nossa sociedade, já que, em sua maioria, estes trabalhadores geralmente de origem humilde, não possuem qualificação para o trabalho e nem se quer condições financeiras para adquiri-la já que esta foi privatizada; o futuro mais possível destes é o de se tornarem mão-de-obra abundante e barata ou em pior estância, tornam-se desempregados, alargando os índices nacionais (SORAJI, 2012, p. 78).

Esse viés da marginalização das pessoas menos favorecidas adiciona a ideia de proletariado enquanto mercadoria adepta de habilidades e técnicas necessárias para ingresso ou não no mercado de trabalho, cujo mercado assume a posição de mediador e balizador das capacidades humanas individuais, além de encurtar o processo de ensino e aprendizagem numa lógica produtivista, com vistas para a ascensão social – motivação primeira do sistema capitalismo (BIANCHETTI, 2001). Por isso, é cada vez mais recorrente a ênfase nos processos produtivos, ou seja, a escola tem visado a oferta de um ensino pautado na lógica do mercado, a partir de ideários neoliberais e rearranjos organizacionais, “abrilhantados” pela pseudo inovação tecnológica que mais segrega do que acolhe as vidas humanas.

A educação relaciona-se com o mundo do trabalho, especialmente, por ser parte integrante do processo de humanização e busca por um caminho emancipatório e autônomo (FRIGOTTO, 1998).

Os processos de educação básica assumem na contemporaneidade um sentido histórico efetivo relativo à articulação de qualificação de caráter democrático a sociedade e aos indivíduos componentes desta, dando um novo sentido à educação e a sua estreita relação com o mundo do trabalho. A educação não pode mais ser relacionada com o trabalho apenas como uma perspectiva técnico-profissionalizante sob o ideal da construção de habilidades e competências para a empregabilidade, requalificação profissional e reconversão de serviços. Dessa maneira a educação tem um tom excludente na sociedade pela sua incapacidade efetiva hoje de aliar capacidade democratizadora para a força produtiva e desenvolvimento integrador ao projeto econômico, político e cultural contemporâneo (SORAJI, 2012, p. 79).

Sendo assim, trabalho e educação são atividades inerentes do ser humano, de modo que não há humanidade sem haver educação e trabalho. O indivíduo se concebe ser humano a partir do trabalho, transformando sua realidade, na busca por melhores condições de existência e sobrevivência.

É importante a reflexão acerca da mutação constante do mercado de trabalho, de modo que tem sido recorrente os altos índices de

desemprego, o que impulsiona a crescente insegurança e precariedade dos meios de ocupação (SEGNINI, 2000). Outro ponto, diz respeito as modificações estruturais das forças de trabalho, antigamente, centrado apenas no serviço terceirizado, hoje, a realidade é plural, e engloba contratos temporários, contrações intermitentes e subcontratações, todos ancorados na necessidade de formação mínima para permanência nos postos de trabalho, o que comumente denominamos de “mercado de trabalho violento” - violento no sentido de impor a atualização constante e o domínio de muitas habilidades e técnicas para sobreviver ao sistema de pontuações impostas pela qualificação profissional e as exigências do capital.

Sobre isso, Segnini (2000, p. 73) afirma que:

A educação e a formação profissional aparecem hoje como questões centrais pois a elas são conferidas funções essencialmente instrumentais, ou seja, capazes de possibilitar a competitividade e intensificar a concorrência, adaptar trabalhadores às mudanças técnicas e minimizar os efeitos do desemprego.

Esse debate escancara uma verdade importante ao debate dessa seção – o trabalhador é aquilo que ele possui – ou seja, a qualificação para o trabalho está ancorada em diplomas, certificados e declarações que legitimem uma formação para além da básica, impactando nas diferentes condições de acesso à educação profissional.

A qualificação para o trabalho é uma relação social (de classe, de gênero, de etnia, geracional), muito além da escolaridade ou da formação profissional, que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca e fortemente marcada por valores culturais que possibilitam a formação de preconceitos e desigualdades. Isso quer dizer que os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador através de diferentes processos e instituições sociais – família, escola, empresa, etc. – somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente e acrescidas de suas características pessoais, de sua subjetividade, de sua visão de mundo, constituem um conjunto de saberes e habilidades que significa, para ele, trabalhador, valor de uso,



que só se transforma em valor de troca em um determinado momento histórico se reconhecido pelo capital como sendo relevante para o processo produtivo (SEGNINI, 2000, p. 79).

Partindo desse cenário, a política neoliberal articula-se na reformulação de leis e diretrizes pedagógicas a fim de que a educação se adapte ao mundo do trabalho, fomentando que o educando obtenha uma formação a partir das exigências e qualificações necessárias ao mercado de trabalho.

Sobre isso, Gadotti (1997, p. 50) infere que:

Como mercadoria o homem não possui valor em si. Seu valor deriva da relação de troca, enquanto está na origem do lucro, da mais valia e da acumulação do capital. O trabalhador, diz Marx em O Capital, sai sempre do processo como nele entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito. Uma vez que, antes de entrar no processo, aliena seu próprio trabalho, que se torna propriedade do capitalista e se incorpora ao capital, seu trabalho durante o processo se materializa sempre em produtos alheios.

Articulado a essa discussão, ressaltamos que a educação brasileira está aliada ao mundo do trabalho, especificamente no art. 22 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (nº 9.394/96), que sugere que as práticas educativas devem preparar o indivíduo para o mercado de trabalho.

Tal perspectiva não deve ser demonizada, pelo contrário, toda e qualquer política pública deve ser conhecida, refletida e posta em cheque. Afinal, estamos inseridos em um Estado democrático e de direitos, portanto a formação para o trabalho é necessária a partir das interações com as tecnologias e os processos produtivos, entretanto, o erro, ou o caminho tortuoso é indicado por Bastos (2005) quando a educação prioriza uma compreensão reducionista de “indústria-escola”, cujas ações devem certificar-se em formatar “alunos-produtos” para serem “vendidos” ao sistema capitalista.

Em relação à educação, Saviani (1994, p. 148) menciona que:

A educação coincide com a própria existência humana [...] as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem. À medida em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida, é que ele se constitui propriamente enquanto homem [...] O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isto, podemos dizer que o trabalho define a essência humana. Portanto, o homem, para continuar existindo, precisa estar continuamente produzindo sua própria existência através do trabalho. Isto faz com que a vida do homem seja determinada pelo modo como ele produz sua existência.

Ou seja, o trabalho institui-se como marco fundamental para compreensão do sentido de educar, ambos estão imbricados em uma teia rumo aos processos produtivos e de humanização da vida humana, de modo que um dos principais desafios da atualidade, diz respeito a composição de cidadãos/produtores e intelectuais/trabalhadores preparados para atender as demandas sociais do mundo globalizado (KUENZER, 2003).

## 2.4 – O trabalho e a pesquisa como princípios educativos

*Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência,  
pela religião ou por qualquer coisa que se queira.  
Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a  
partir do momento  
em que começa a produzir seus meios de vida,  
passo este que se encontra condicionado por sua organização  
corporal.  
Ao produzir seus meios de vida,  
o homem produz indiretamente sua própria vida material  
(MARX; ANGELS, 1974, p. 19).*

O sentido de trabalho como princípio educativo ancora-se na base teórica de Gramsci, cuja teoria humanista objetiva a capacidade do sujeito em pensar e dirigir-se na vida, de modo que o trabalho é seu princípio educativo por considerar a relação dos homens entre si,

criando e recriando as diferentes configurações sociais, leis, governos, ciência, dentre outros (DORE, 2014).

Pensar o trabalho enquanto princípio educativo requer o entendimento de educação e trabalho para Marx e Engels (2010), pois a concepção dos autores facilita a compreensão do conceito posto nessa seção.

De acordo com Marx, o processo do trabalho possui três componentes: o trabalho, atividade orientada para superar uma carência, o material ou objeto do trabalho, a matéria a ser trabalhada, e os instrumentos de trabalho, ou seja, os meios de produção. Há processo porque os três componentes são momentos de um todo, o trabalho (CHAUÍ, 2007, p. 152).

Assim, a educação é um instrumento ideológico a serviço da classe dominante, enquanto o capital atua na elevação da sujeição do ser humano através da alienação do trabalho. Posto isso, os autores defendiam uma consciência de classe a fim de incitar um projeto revolucionário, mostrando aos operários do sistema fabril que a educação era uma das formas de perpetuação da exploração de uma classe sobre a outra (RODRIGUES, 2007, p. 42).

O trabalho, nesse sentido, não pode ser apenas circunscrito ao âmbito da produção material, mas passa a ser considerado 'princípio educativo' que permeia também as mais diversas atividades humanas: a educação, a escola, a cultura, a construção e a direção da sociedade (SEMERARO, 2005, p. 239).

Para Gramsci (1985, p. 9) “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais em diversos níveis”, por isso quanto melhor for o desenvolvimento educacional de um país, melhores serão as possibilidades de crescimento cultural e civilizacional do Estado.

Sobre isso, Gramsci (2010, p. 16) aduz que:

O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural sobre o fundamento do trabalho, da atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo, liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento

de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para a valorização da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro.

Em síntese, o elemento primordial que define o conceito de princípio educativo do trabalho refere-se à humanização do homem por intermédio do trabalho, numa análise marxista, contudo, prevê também que o homem é refém do capital, alvo de alienação e determina a criação de relações sociais estranhadas.

A expressão ‘trabalho e educação’ pode indicar um fato existencial e um princípio pedagógico. O fato existencial refere-se à íntima relação entre o trabalho e a educação, que sempre ocorreu na história, pois desde que o homem é homem existe reciprocidade entre as atividades voltadas para a sobrevivência humana e as formas de sua personalidade, valores, gostos, habilidades, competências etc. Enquanto princípio pedagógico, no entanto, o trabalho como fundamento da educação tornou-se tema importante para os pedagogos e eixo principal da teoria educacional marxista a partir do surgimento da indústria e do aparecimento dos movimentos socialistas (NOSELLA, 2007, p. 138).

A interação entre trabalho e educação na literatura traz inúmeras questões convergentes e divergentes. Na ótica de Tumolo (1996, p. 1),

Embora seja uma temática bastante polêmica, onde se digladiam posições divergentes e até antagônicas, é possível afirmar que existe, pelo menos, um ponto comum: o primado do trabalho em relação à educação, ou seja, o pressuposto segundo o qual a educação se estrutura e se organiza a partir do eixo do trabalho. É sobre esta base que um número expressivo de autores vem discutindo a proposta do trabalho como princípio educativo, vale dizer, uma proposta de educação que esteja vinculada aos interesses das classes trabalhadoras.

Ainda sobre a relação imbricada entre trabalho e educação, Saviani (2007, p. 160) aduz que:

Aprender a ler, escrever e contar, e dominar os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais constituem pré-requisitos para compreender o mundo em que se vive, inclusive para entender a própria incorporação pelo trabalho dos conhecimentos científicos no âmbito da vida e da sociedade.

Por ser um discurso recorrente no ideário social, é importante esclarecer que trabalho não é sinônimo de emprego e/ou ocupação (RAMOS, 2017). Entretanto, existem aspectos que dificultam a compreensão do trabalho enquanto princípio educativo, a saber: a) a cultura escravocrata arraigada na estruturação das grandes empresas, especialmente pela dívida história com os negros do país ocasionadas pela abolição tardia; b) a imagem de trabalho ancorada em dogmas religiosos, na qual representa castigo em alusão ao pecado de Adão, condenado a lavrar a terra em prol do próprio sustento; e c) a visão reducionista de trabalho enquanto sinônimo de “saber fazer” ou “aprender fazendo”, numa perspectiva meramente instrumental (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Nesse momento, abordaremos a pesquisa como princípio educativo, estando essa articulada ao processo e planejamento político pedagógico de uma instituição de ensino, e ainda, a uma definição de educação. Por sua vez, educação representa a busca pelo conhecimento, revelando um projeto de sociedade plural que emerge do contexto científico e social.

Assim, a prática da pesquisa como princípio educativo desvela um senso investigativo, criativo e adepto por descobertas, possibilitando que o sujeito se encontre com meios para transformação humana. No âmbito da pesquisa, Demo (1990) refere que, a emancipação política do sujeito está condicionada ao aprender a pesquisar, posto que pesquisa também é um movimento político, visto que representa um modo de ser, estar e posicionar-se no mundo, logo, esse processo de emancipação só é concluído a partir do momento em que por meio da pesquisa, o sujeito tece intervenções em seu contexto social.

Educar pela pesquisa do conhecimento. Este é o meio, educação é o fim. Significa também não separar os dois componentes do mesmo todo hierárquico, ou seja, a pesquisa não se basta em ser o princípio científico, pois precisa também ser princípio educativo. Não se faz antes pesquisa, depois educação, ou vice-versa, mas, no mesmo processo, educação através da pesquisa (DEMO, 2000, n.p.).

A perspectiva de pesquisa como princípio educativo reforça a dualidade entre educação e produção do conhecimento frente aos mecanismos de dominação e emancipação, ou seja, dependendo daquele(s) que exerce(m) o poder, não havendo espaço para neutralidade, posto que a pesquisa é resultado do pensamento racional imbricado num projeto de sociedade macro e convergente aos sentidos de emancipação e/ou dominação.

Sendo assim, a pesquisa como princípio educativo, conforme Pedro Demo (2011), reintegra o sujeito frente ao processo emancipatório, de modo que nesse movimento que:

[...] se constrói o sujeito histórico autossuficiente, crítico e autocrítico, participante, capaz de reagir contra a situação de objeto e de não cultivar os outros como objeto [...] pesquisa como diálogo é processo cotidiano, integrante do ritmo da vida, produto e motivo de interesses sociais em confronto, base da aprendizagem que não se restrinja a mera reprodução; na acepção mais simples, pode significar conhecer, saber, informar- -se para sobreviver, para enfrentar a vida de modo consciente (DEMO, 2011b, p. 43).

Paulo Freire (2013), patrono da educação brasileira, corrobora ao dizer que é impossível fazer educação sem pesquisa.

Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo, educo e me educo. Pesquiso para conhecer e o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade (FREIRE, 2013, p. 30-31).

Sendo assim, o ato de pesquisar deve estar alinhado ao princípio educativo do trabalho, numa relação dialógica, vislumbrando o desenvolvimento de um indivíduo emancipado, plural e transformador social.

## ATIVIDADE COMPLEMENTAR

Assista o vídeo “O que a pesquisa científica tem a ver com você?”, elaborado pela Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo, e perceba como a pesquisa científica realizada em diferentes instituições produzem resultados benéficos para nossa vida cotidiana.

**Link:** <https://www.youtube.com/watch?v=FxBdTsKXAQo>

Com base nos estudos da disciplina “Educação, Trabalho e Cidadania” e no vídeo anterior. Responda os seguintes questionamentos.

**1. O que você compreende como pesquisa enquanto princípio educativo?**

---

---

**2. De que modo o processo de pesquisa está associado ao universo do trabalho?**

---

---

### 2.5 – Práticas integradoras

Integrar exige diálogo, troca e interação entre diferentes campos do conhecimento, contudo, num modelo de sociedade e educação fragmentado e disciplinar, o desenvolvimento de práticas integradoras não é uma tarefa fácil. Tal dificuldade é acentuada por uma formação inicial e contínua que por vezes não consegue ressignificar o ensino disciplinar, além da ausência de espaços destinados a discussão no âmbito da escola.

O cenário histórico do mundo do trabalho já trabalhado nas seções anteriores justifica a necessidade de uma educação com práticas integradas, especialmente, por ser uma educação com vistas a classe trabalhadora, ou seja, a proposta da escola seria de articular e integrar as educações tecnológicas, físicas e intelectuais, articulando-as com a vida humana – formação omnilateral (ARAUJO, 2014).

Defendemos aqui que é a integração entre trabalho e educação na perspectiva da revolução social que pode dar identidade pedagógica a esta proposta, diferenciando-a de outras propostas que dicotomizam o pensar e o fazer e das propostas de base pragmática que tomam a teoria a serviço da prática (ARAUJO, 2014, p. 63).

Nessa perspectiva, Ramos (2014) descreve três sentidos para as práticas integradoras, a saber: a) formação omnilateral que integra ciência, cultura e trabalho; b) indissociabilidade entre educação básica e educação profissional, objetivando a ambientação para o trabalho; e c) integração entre conhecimentos gerais e específicos através de ações interdisciplinares, visando a superação de um ensino fragmentado, em que cada disciplina representa uma gaveta de um imenso armário (conhecimento) que o aluno/educando precisa manter em ordem.

Para concretização desse ideário integrador, faz-se necessário uma organização curricular que se estruture em um sistema de relações entre os saberes, rompendo com a fragmentação característica de um currículo fortemente disciplinar, orientando o trabalho pedagógico docente. Assim, o currículo integrado torna-se imperativo para atender à pretendida formação integral (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2020, p. 527).

Entretanto, não se trata apenas de modificações na estrutura do currículo, mas sobretudo na maneira como o processo educativo é concebido desde os primórdios da história da educação, pois “o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras não depende, apenas, de soluções didáticas, elas requerem, principalmente, soluções ético-políticas” (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015, p. 64).



Importa dizer que não há um único meio para promoção do ensino integrado mas sobretudo existem práticas integradas que podem compor um projeto de formação omnilateral – práticas que reforcem a autonomia dos indivíduos através da interação com sua própria realidade, cultivando ações solidárias por intermédio do trabalho coletivo e cooperativo, rompendo com a lógica individualista e articulada as questões em defesa da classe trabalhadora, dentro da corrente teórica marxista (ARAUJO; FRIGOTTO, 2015).

Sobre isso, Henrique e Nascimento (2015, p. 75) indicam que as práticas integradoras representam um desafio educacional, pois

[...] demandam maior estudo porque ultrapassam as noções de união, justaposição, relação e articulação entre saberes. A ideia-ação da integração não admite a fragmentação e o distanciamento entre áreas de conhecimento, ainda que, aparentemente, sejam paradoxais.

Nesse sentido, os fundamentos metodológicos para constituição de uma educação com práticas integradoras evidencia uma educação comprometida com a formação politécnica, omnilateral e com o trabalho enquanto princípio educativo, interconectando saberes teóricos e práticos, não apenas numa perspectiva disciplinar, mas sobretudo, com vista ao objetivo maior da educação – oportunizar a transformação social, visto que “as escolhas destas práticas não devem ser neutras, mas embasadas na concepção de um projeto de transformação social, na busca de emancipação e autonomia dos estudantes” (SANTOS; SANTOS; PROFESSOR; SILVA, 2018, p. 188).

No cenário educacional, as práticas integradoras podem ser articuladas através de projetos interdisciplinares, projetos de extensão, projetos de pesquisa, aulas de campo, feiras interdisciplinares, oficinas com tecnologias digitais (SANTOS; SANTOS; PROFESSOR; SILVA, 2018), ou ainda, aulas em sala de aula, mas que são organizadas por meio da essência da teoria das práticas integradoras, visando a pesquisa como princípio educativo, a educação para além da fragmentação e o preparo teórico, técnico e humano para o trabalho.

Por fim, a concepção de práticas integradas objetiva a promoção de um processo de ensino e aprendizagem que descortina os processos

educativos convencionais, ao defender uma educação dinâmica, ética, política, sobretudo humana, em que os estudantes dialoguem com os diferentes campos do saber, visando o desenvolvimento de habilidades técnicas, criativas, intelectuais e sociais.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania/ Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- ALBORNOZ, S. *O que é trabalho?* 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).
- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. Coimbra: CES/Almedina, 2013.
- ANTUNES, R. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.
- ANTUNES, R. Trabalho uno ou omni: entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. *Argumentum*, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 9-15, 2011.
- ANTUNES, R. O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho. *Trabalho, Educação e Saúde* [online]. v. 1, n. 2, pp. 229-237, 2003.
- ARAUJO, R. M. L. *Práticas pedagógicas e ensino integrado*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica).
- ARAUJO, R. M. L.; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*, [s.l.], v. 52, n. 38, p. 61-80, 15 ago. 2015.
- BASTOS, J. C. *Trajetória de egressos do ensino médio público do município de Juiz de Fora: a questão da escolha profissional*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, MG, 2005.
- BIANCHETTI, R. G. *Modelo Neoliberal e políticas educacionais*. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2001 – (Coleção questões da nossa época).
- BORDENAVE, J. E. D. Alguns fatores pedagógicos. In: SANTANA, J. P.; CASTRO, J. L. *Capacitação em Desenvolvimento de Recursos Humanos*. Natal:

- Ministério da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde/ Editora da UFRN, 1999. p. 261-268.
- CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CHAUÍ, M. *O intelectual engajado: uma figura em extinção*, 2006. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/intelectual\\_engajado.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/intelectual_engajado.pdf). Acesso em: 09 jan. 2022.
- COELHO, M. I. M.; COSTA, A. E. B. (Org.). *A educação e a formação humana: tensões e desafios na contemporaneidade*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CORTELLA, M. S. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. São Paulo: Cortez, 1990.
- DEMO, P. *Pesquisa: princípio científico e educativo*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- DEMO, P. *Educar pela pesquisa*. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
- DORE, R. Afinal, o que significa o Trabalho como princípio educativo em Gramsci? *Caderno Cedes*, Campinas, v. 34, n. 94, p. 297-316, 2014.
- FERRAZ, D. L. S.; FERNANDES, P. C. M. Desvendando os sentidos do trabalho: limites, potencialidades e agenda de pesquisa. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 165-184, dez. 2019.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- FRIGOTTO, G. *Educação e crise do trabalho: perspectivas de Final de Século*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. N. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). *Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e Certificação Educacional e Profissional*. São Paulo: CUT, 2005. p. 19-62.
- GADOTTI, M. *Por uma escola cidadã*. Carta Capital, maio 2016. Disponível em: <http://www.cartaeducacao.com.br/new-rss/por-uma-escola-cidada/>. Acesso em: 23 jan. 2022.
- GADOTTI, M. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GALVÃO, R. C. S. Educação, cidadania e trabalho. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 25, p. 171-191, mar. 2007.

- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- GRAMSCI, A. *Textos selecionados*. Trad. Paolo Nosella. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010.
- GONÇALVES, F. S. *O conhecimento articulado ao trabalho e à vida*. São Paulo: FAE-USP, 1996.
- HENRIQUE, A. L. S.; NASCIMENTO, J. M. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. *HOLOS*, v. 4, n. 31, p. 63-76, 2015.
- KONDER, Leandro. *O que é Dialética*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 112. Disponível em: <http://portalensinando.com.br/ensinando/principal/conteúdo>. Acesso em: 24 maio 2021.
- KUENZER, A. Z. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. In: FERREIRA, N. S. C (org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LESSA, S. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, K. *O capital: crítica a economia política*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.
- MARX, K. *O Capital: crítica a economia política*. Livro I. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política: Livro I. Volume I*. 27<sup>o</sup> ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã: Feuerbach - A contraposição entre as cosmovisões materialista e idealista*. Trad. Frank Müller. 3<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Martin Claret Ltda., 2010.
- NOSELLA, P. *As origens da Pedagogia da Alternância*. Brasília: UNEFAB, 2007.
- OLIVEIRA, P. J. J. *A cidadania é para todos: direitos, deveres e solidariedade*, 2018. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/subs/santoanastacio/institucional/artigos/a--cidadania-e-para-todos.direitos-deveres-e>. Acesso em: 24 jan. 2022.
- OLIVEIRA, E. G. N. B.; RODRIGUES, A. C. F. Práticas integradoras: possibilidades para a formação integral no Ensino Médio Integrado. *Revista Semiárido De Visu*, Petrolina, v. 8, n. 3, p. 524-536, 2020.

- PARO, V. H. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo, Ática, 1997b.
- PEREIRA, A. M.; DOLCI, L. N.; COSTA, L. S. da. O sentido do trabalho no contexto da crise estrutural do capital. *REBELA*, v. 6, n. 2. mai./ago. 2016.
- RAMOS, M. N. Trabalho e formação profissional na Educação Profissional e Tecnológica. In: *II Seminário de Alinhamento Conceitual do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT)*, 2017.
- RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. *Educação & Sociedade*, ano XXII, n. 76, Out., 2001.
- SANTOS, F. A. A.; SANTOS, J. D.; PROFESSOR, V. P., SILVA, A. R. Práticas pedagógicas integradoras no ensino médio integrado. *HOLOS*, v.34, n. 6, p.185-199, 2018.
- SARAMAGO, J. *A caverna*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras, 2000.
- SAVIANI, D. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, n. 34, 2007, p. 152-165
- SEVERINO, A. J. Educação, trabalho e cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. *São Paulo em Perspectiva* [online]. v. 14, n. 2, 2000.
- SEGNINI, L. R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. *São Paulo em Perspectiva* [online]. v. 14, n. 2, p. 72-81, 2000.
- SORAJI, E. M. O papel da educação no mundo do trabalho. *Educação*, Batatais, v. 2, n. 1, p. 67-81, junho, 2012.
- TAYLOR, P. *Contributo para a discussão sobre cidadania multicultural*. 2004. Disponível em: [http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3921/1/FPF\\_PTPF\\_01\\_0625.pdf](http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3921/1/FPF_PTPF_01_0625.pdf)[http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3921/1/FPF\\_PTPF\\_01\\_0625.pdf](http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3921/1/FPF_PTPF_01_0625.pdf). Acesso em: 24 jan. 2022.
- ZANELLI, J. C. *Orientação para aposentadoria nas organizações de trabalho: construção de projetos para o pós-carreira*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

## UNIDADE 3 – PERSPECTIVAS PRODUTIVAS E EMANCIPATÓRIAS

### ATIVIDADE 3

Olá, estudante do Curso de Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica, vamos conhecer o direcionamento da Unidade 3 e da última avaliação da nossa disciplina!

Nesta Atividade, será elaborado um **Mapa Conceitual** - Mapa conceitual é uma composição gráfica que ajuda a organizar ideias, conceitos e informações de modo sistematizado e auxilia na compreensão das análises.

#### PARTE I – ORIENTAÇÕES GERAIS

O mapa conceitual pode ser feito pela colocação de uma palavra/conceito em uma caixa ou oval e usando setas ou linhas de ligação a outras palavras para mostrar a relação entre esses assuntos. É bem comum usar modelos do tipo hierárquico, teia de aranha e de fluxograma.

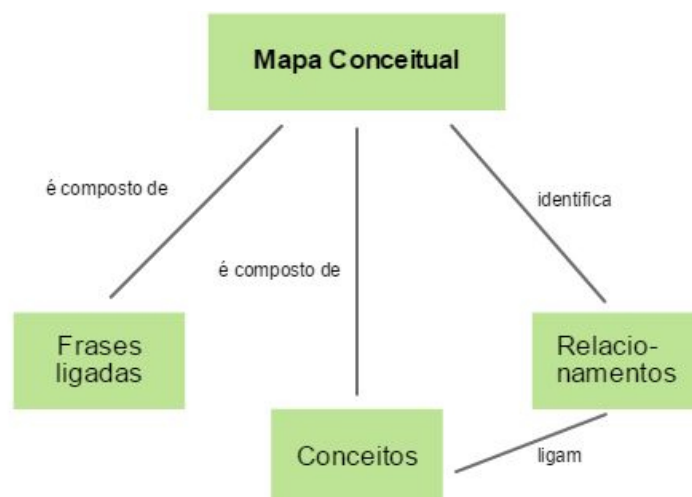
Elabore uma análise sobre os principais conceitos apresentados pelos autores;

- Instalação do software
- Acessar o tutorial
- Construir mapa
- Mapa Conceitual

## PARTE II – ELABORAÇÃO DO MAPA CONCEITUAL

1. Faça uma lista de conceitos e trechos mais importantes do texto. Antes de escolher o tema no topo da hierarquia de seu mapa, você deve escrever uma lista de temas importantes, somente os pontos (palavras-chave), que estejam relacionados à sua tarefa;
2. Escreva os conceitos relacionados com o tema geral;
3. Escolha o conceito mais importante; essa palavra será exibida em uma caixa ou esfera oval, no topo do seu mapa;
4. Ligue a palavra-chave às segundas palavras mais importantes da sua lista;
5. Depois de encontrar a sua palavra-chave, desenhe setas que se estendam para baixo, para a esquerda e direita, para conectá-la às próximas duas ou três palavras mais importantes. Essas palavras próximas devem ser capazes de se conectar com as outras palavras que você listou;
6. Ligue a segunda palavra-chave às palavras menos importantes;
7. Agora que já encontrou a sua palavra-chave e as próximas palavras mais importantes, você pode escrever logo abaixo as palavras que se relacionam com a segunda camada de palavras-chave. Esses termos se tornarão mais específicos, e devem se relacionar com as palavras acima deles;
8. Explique a relação entre as condições; Acrescente linhas para ligar os conceitos e explicar a relação entre eles em uma palavra ou duas. A relação pode variar: um conceito pode ser parte de outro, pode ser decisivo para o outro conceito, ele pode ser usado para produzir um outro conceito, ou pode haver uma grande variedade de outras relações.



**Figura 5 - Mapa conceitual**

**Fonte:** [https://static.significados.com.br/foto/mapa-conceitual-exemplo\\_bg.jpg](https://static.significados.com.br/foto/mapa-conceitual-exemplo_bg.jpg)

### **PARTE III – OPÇÃO DE MÍDIA OU PROGRAMA PARA ELABORAR**

Caro estudante, elabore sua atividade em uma mídia que julgar conveniente para desenvolver a atividade, Word, Power point, ou por meio do software indicados:

- <https://cmapcloud.ihmc.us/>
- Aprenda a fazer mapas conceituais - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uwzvJp4KOj4>  
Data da Pesquisa: 24/05/2017
- Como fazer Mapas Conceituais - Conceptual Mapping CmapTools - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RThwilejKw0>  
Data da Pesquisa: 24/05/2017
- Mapa conceitual no word - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uNTmzkQ5HTo>  
Data da Pesquisa: 24/05/2017
- Mapas Conceituais e o CMap Tools - Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=9W\\_lo8-TszI](https://www.youtube.com/watch?v=9W_lo8-TszI)

Data da pesquisa: 24/05/2017

- Mapas Conceituais - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DVVW0pG8Ar4>

Data da Pesquisa: 24/05/2017

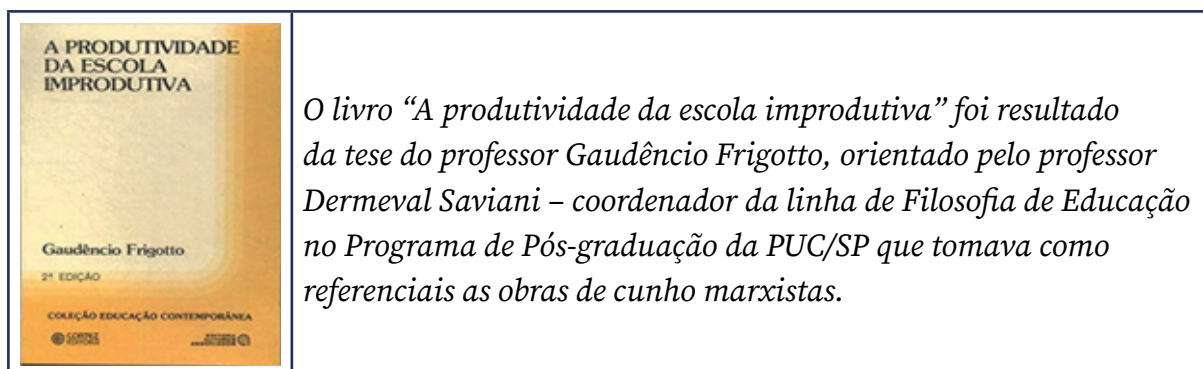
Valor da Atividade: 5,0 (cinco)

Vamos iniciar a unidade 3, marcando os pontos principais das leituras, vídeos e aulas expositivas. Agora você realizará um mapa conceitual!

1. Crie um mapa mental ou conceitual em algum aplicativo (caso prefira, poderá fazê-lo também de forma manual). Lembre-se de utilizar cores, imagens, enfim, todos os recursos que enriquecem o mapa mental ou conceitual;
2. O mapa mental deve ter obrigatoriamente como tema algum conteúdo explanado em uma das 3 unidades, ressaltando os conceitos que mais lhe chamaram a atenção;
3. Envie o seu mapa mental ao seu Professor de apoio local e compartilhe com os colegas, isso cria a interação acerca dos mapas produzidos por vocês e por eles.

### **3.1 – A produtividade da escola improdutiva: um olhar crítico reflexivo**

Nesta sessão buscaremos refletir sobre a relação trabalho e educação, embasados no livro *A produtividade da escola improdutiva*, publicado em 1984 por Gaudêncio Frigotto. Tais discussões presentes nesta literatura destacam uma análise contrária a visão economicista da educação de maneira crítica, epistemológica, filosófica e política - algumas ideias reducionistas no que tange a concepção de ser humano, sociedade, educação e trabalho.



*O livro “A produtividade da escola improdutiva” foi resultado da tese do professor Gaudêncio Frigotto, orientado pelo professor Dermeval Saviani – coordenador da linha de Filosofia de Educação no Programa de Pós-graduação da PUC/SP que tomava como referenciais as obras de cunho marxistas.*

Frigotto (1984) aduz em seus estudos os princípios básicos da Teoria do Capital Humano - ainda que duramente criticada na época - retornando ao centro das discussões sobre a necessidade da qualificação profissional e diminuição da pobreza em nosso país.

A educação a partir da segunda metade do século XX foi concebida sob a determinação e as condições do mercado capitalista – dotada de valor econômico (bem de produção - capital) e não apenas de consumo (SAVIANI, 2002).

Nesta perspectiva, a pobreza existente na sociedade não se deve somente a ausência dos méritos individuais ou a ausência de educação, todavia, envolvem discussões no que tange as reformas sociais que deveriam garantir acesso a qualidade de vida para todos, o que assim modificaria o quadro de exclusão arraigada em nossa sociedade (FRIGOTTO, 1984).

Com isso, podemos refletir que a visão tecnicista da educação está vinculada a Teoria do Capital humano, o que vem de encontro por desqualificar o processo educativo em consonância com uma ótica economicista do ensino.

[...] a ideia de capital humano é uma “quantidade” ou um grau de educação de qualificação, tomado como indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas, que funcionam como potencializadoras da capacidade de trabalho e de produção (FRIGOTTO, 1993, p. 41).

Em meados de 1980 no Brasil, em relação a educação, no que diz respeito aos conflitos entre os partidários e os críticos da Teoria do

Capital Humano<sup>4</sup>, Cláudio Salm, em seu livro “Escola e Trabalho”, reflete na improcedência entre educação e produtividade, constatando que

[...] se a finalidade da produção capitalista é a reprodução das relações capitalistas de produção, é no seio da produção mesma que devemos buscar a formação das qualificações requeridas e não numa instituição à margem como é a escola (SALM, 1980, p. 29).

O livro “Escola e Trabalho” levanta uma série de discussões, sendo um livro polêmico que destaca a escola como não sendo capitalista, bem como, o capital não precisar dela para preparar o trabalhador. Nesta perspectiva, há uma separação entre educação e produção – uma perda de perspectiva de totalidade (SALM, 1980).

**Infraestrutura** (*processo produtivo*) X **Superestrutura** (*processo educacional*)

Os estudos de Salm (1980) contribuem para tecituras de reflexões sobre a relação entre escola e trabalho na sociedade capitalista, revitalizando o debate da função transformadora da educação formal, para minimizar o impacto das concepções reprodutivistas.

A educação sob a ótica da Teoria do Capital Humano é tida como uma mera adaptadora – um instrumento – para atender as necessidades de um sistema produtivo, mas que tem

uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados (MÉSZÁRO, 1995, p. 45).

A educação no Brasil foi marcada por uma educação tradicional, baseada no positivismo, valorizando o “como fazer”, mais do que em

---

4 A Teoria do Capital Humano defende que uma maior escolarização deve contribuir diretamente para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos para o desempenho deles no mercado de trabalho.

refletir sobre o “por que” e “para que fazer”, em uma perspectiva que muitas vezes, os conhecimentos específicos são trabalhados isoladamente.

Kuenzer (2002, p. 79-80) afirma que:

[...] A escola por sua vez, constituiu-se historicamente como uma das formas de materialização desta divisão. Ela é o espaço por excelência, do saber teórico divorciado da práxis, representação abstrata feita pelo pensamento humano, e que corresponde a uma forma peculiar de sistematização, elaborada a partir da cultura de uma das classes sociais. [...] Assim a escola, fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz esta fragmentação, através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão.

Na concepção de Frigotto (1993), a escola é uma instituição social que através de suas práticas pedagógicas (do seu trabalho relacionado aos valores e atitudes) articula alguns interesses e desarticula outros.



**DICA:** Amplie seus conhecimentos a partir da leitura do livro “A produtividade da escola improdutiva” de autoria de Gaudêncio Frigotto.  
Link: <https://url.gratis/g5IeHB>

### 3.2 – Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória

Anísio Teixeira foi um dos precursores a tecer críticas à escola tradicional e seus métodos que desprezavam o cotidiano dos alunos. O autor influenciou de maneira decisiva na educação brasileira, destacando que

[...] a escola não mais poderia ser a instituição segregada e especializada de preparo intelectual ou ‘escolástico’, mas deveria transformar-se na agência de educação dos trabalhadores comuns, dos trabalhadores qualificados, dos trabalhadores especializados em técnicas de toda ordem e dos trabalhadores da ciência nos seus aspectos de pesquisa, teoria e tecnologia (TEIXEIRA, 1994, p. 45).

A proposta de educação articulada por Teixeira (1994) englobava uma amplitude de atividades (desde a agricultura e a indústria, bem como a ciência e o ensino de fazer pelo trabalho). Para o autor o sistema escolar deveria ser organizado em três fases, conforme aponta o quadro 6.

**Quadro 6** - Fases do sistema escolar

ESCOLA PRIMÁRIA	ESCOLA MÉDIA	ESCOLA SUPERIOR
Fase que teria o objetivo de contemplar a formação da grande massa de trabalhadores para o trabalho comum	Contemplava a fase que formaria em ocupações diversificadas de nível médio.	Fase que abordava a escola superior – formaria para a alta cultura.

**Fonte:** Adaptado de Teixeira (1994).

Uma das principais bandeiras levantada por Anísio Teixeira era a democratização da educação – escola pública, gratuita e de qualidade para todos, em que propiciasse acesso a todas as condições humanas, defendendo o fim dos privilégios apenas para uma única classe – uma escola do trabalho, todavia que tratasse também da cultura.

Se uma classe possui toda a riqueza e toda a educação, enquanto o restante da sociedade é ignorante e pobre, pouco importa o nome que dermos à relação entre uns e outros: em verdade e de fato, os segundos 71 serão os dependentes servis e subjugados dos primeiros Mas, se a educação for difundida por igual atrairá ela, com a mais forte de todas forças, posses e bens, pois nunca aconteceu e nunca acontecerá que um corpo de homens inteligentes e práticos venha a se conservar permanentemente pobres [...] A educação, portanto, mais do que qualquer outro de origem humana, é a grande igualadora das condições entre os homens - o eixo de equilíbrio da maquinaria social [...] dá a cada homem a independência e os meios de resistir ao egoísmo dos outros homens. Faz mais do que desarmar os pobres da sua hostilidade para com os ricos: impede-os de ser pobres (TEIXEIRA, 1994, p. 80).

Saviani (1994) destaca que a instituição escolar nasceu com a divisão dos homens (em classes) – fato bem compreendido pelos

abastados, o que vai gerar, diante da “educação para todos”, uma escola para os proprietários – com intuito de uma formação para o pensar, dirigir e uma escola para os não-proprietários – preparando-os para a produção e a mão de obra barata.

Anísio Teixeira mostrou-se um ícone em defesa da ressignificação de tais ideias antidemocráticas, no que tange a educação de nosso país. Todavia, não tinha a presunção de lutar ou construir uma escola socialista, mas em capitalista, na qual

A escola pública universal e gratuita não é doutrina especificamente socialista, como não é socialista a doutrina dos sindicatos e do direito à organização dos trabalhadores, antes são esses os pontos fundamentais porque se afirmou e possivelmente ainda se afirmar a viabilidade do capitalismo ou remédio e o freio para os devidos que o tornariam intolerável. A sobrevivência do capitalismo, em grande parte do mundo, não se explica senão por esses dois recursos ou instrumentos de defesa contra a desigualdade excessiva que o capitalismo provocaria e provoca sempre que faltem ao povo escola pública e sindicato livre (TEIXEIRA, 1994, p. 81).

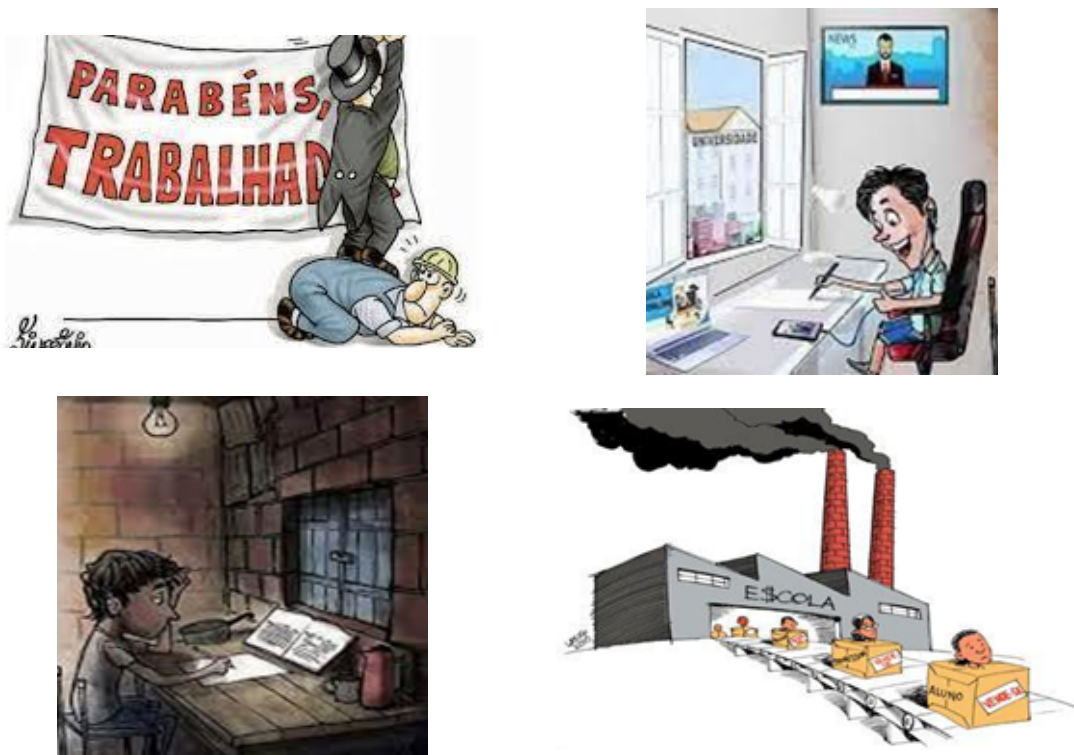
Refletir em tais apontamentos, nos impulsionam a analisar a importância da educação no processo de desalienação e libertação do próprio homem, muitas vezes fragmentado pelo trabalho/sociedade capitalista e desigualitária, o que nos levanta questionamentos sobre a emergência de uma pedagogia libertadora/e para a vida, aplicada e não expostas, em ideais, livros e/ou discussões que não passam dos muros de dentro das universidades.

Sendo assim, faz-se necessário atividades de “contrainternalização” (coerente e embasada), que reflitam de maneira crítica em dois conceitos principais: “a universalização da educação e a universalização do trabalho como atividade humana auto-realizadora” (MESZÁRIO, 2005, p. 65).

#### AGORA É COM VOCÊ!

*Refleta nas seguintes charges sobre Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória.*

**Figura 6** - Encruzilhada histórica da educação



**Fonte:** Capitalismo histórico da Educação (2022).

*Agora em grupo discuta sobre Trabalho e educação numa perspectiva emancipatória, destacando a realidade escolar vivenciada com a Pandemia da Covid-19 e as suas experiências com o Ensino Remoto Emergencial.*

### 3.3 – Educação politécnica

O conceito de educação politécnica pode ser considerado como sinônimo de concepção marxista de educação, pois foi esboçado em meados do século XIX por Karl Marx. Entretanto, é importante destacar que Marx não escreveu textos específicos voltados às questões pedagógicas (MACHADO, 1990).

Referente a educação, Karl Marx vai destacar apenas três aspectos do que entendia pelo assunto:

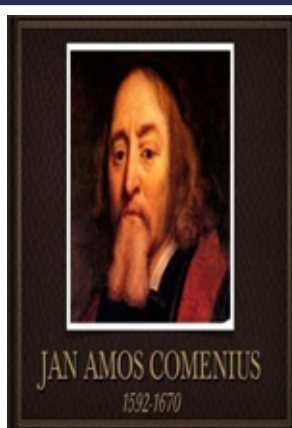
Por educação entendemos três coisas: 1. Educação intelectual. 2. Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares. 3. Educação



tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais (MARX; ENGELS, 1983, p. 60).

Tais concepções tem como alicerce o intelecto, o cultural e o corporal, o que dará um norte para a discussão da concepção do trabalho como princípio educativo no que tange a concepção marxista.

### CONHECENDO A ORIGEM DA FORMAÇÃO POLITÉCNICA



Sua origem está pautada na educação socialista (omnilateral) visando a formação do ser humano em sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica. Nesta perspectiva que foi pensado na construção de uma formação completa para todos. Destacando Comenius, como um dos idealizadores, tendo seu sonho de regeneração social.

Todavia, foram Saint-Simon, Robert Owen e Fourier, de modo especial, que destacaram o problema de uma formação completa para os produtores. Mas, foi Karl Marx que refletiu nas próprias contradições da produção social e na necessidade de uma formação científico-tecnológica da época.

Em meados de 1990 a 2000 ocorreram várias modificações em torna das questões políticas sociais, econômicas e educacionais. Todavia foi preservado no âmbito da luta política, o denso significado da/sobre a educação politécnica, tido como educação unilateral ou ainda formação em todos os aspectos da vida humana.

Entretanto o modelo desta educação foi pensado para uma sociedade socialista, cujo princípios são diferentes do capitalismo do nosso país.



Fonte: <http://goo.gl/MtRSFY>

Os estudos de Gramsci e Manacorda propiciaram uma interpretação ao entendimento de politécnica, ora em uma perspectiva uniforme e ora causando um desconforto hermenêutico. Os estudos de Norsella (2007) foram radicalmente contrários a concepção de politecnicia fundamentado na concepção marxista, o que para Saviani (2003, p. 145):

[...] para além da questão terminológica, isto é, independentemente da preferência pela denominação “educação tecnológica” ou “politécnica”, é importante observar que, do ponto de vista conceitual, o que está em causa é um mesmo conteúdo. Trata-se da união entre formação intelectual e trabalho produtivo, que, no texto do Manifesto, aparece como “unificação da instrução com a produção material”, nas Instruções, como “instrução politécnica que transmita os fundamentos científicos gerais de todos os processos de produção” e n’ O Capital, como “instrução tecnológica, teórica e prática”.

O entendimento por politécnica como “união de formação intelectual e trabalho produtivo” (SAVIANI, 2003, p. 145), tendo uma concepção de desenvolvimento das diversas capacidades humanas, enquanto desenvolvimento unilateral, também corrobora com Machado (1994, p. 19) ao destacar que:

Politecnicia representa o domínio da técnica em nível intelectual e a possibilidade de um trabalho flexível com a recomposição de tarefas a nível criativo. Supõe a ultrapassagem de um conhecimento meramente empírico, ao requerer o recurso a formas de pensamento mais abstratas. Vai além de uma formação simplesmente técnica ao pressupor um perfil amplo de trabalhador, consciente, capaz de atuar criticamente em atividade de carácter criador e de buscar com autonomia os conhecimentos necessários ao seu progressivo aperfeiçoamento.

Saviani (1989) e Machado (1994) abordam que a educação politécnica pode possibilitar ao trabalhador um desenvolvimento multilateral – que possa abarcar a prática produtiva, na medida que se encontra atrelado aos aspectos manuais e intelectuais.

Tais concepções nos instigam a refletir na educação posta em nosso país e os ideais de/por uma educação que vise a formação integral do sujeito, revogando assim a lógica tecnicista e combatendo um ensino que separa a realidade do “aprender, do ser e do fazer”, combatendo a separação entre conhecimento e prática (cabeça x mãos). Deste modo, podemos considerar que a escola interagindo entre o universo do trabalho e da cultura colaborará na qualificação humana e no

[...] desenvolvimento de condições físicas, mentais, afetivas, estéticas e lúdicas do ser humano (condições omnilaterais) capazes de ampliar a capacidade de trabalho na produção dos valores de uso em geral como condição de satisfação das múltiplas necessidades do ser humano, no seu dever histórico. Está, pois, no plano dos direitos que não podem ser mercantilizados e, quando isso ocorre, agride-se elementarmente a própria condição humana (FRIGOTTO, 1995, p. 31, 32).

As discussões, no que se refere as influências/implicações do trabalho e educação, instigam também o debate sobre educação profissional e questionamentos tanto filosóficos, quanto educacional. Visto que para Saviani e Duarte (2012), a educação deve propiciar a promoção do homem, que deverá ser efetivada mediante a dialética entre a atividade e a cultura por meio do trabalho, discussão que a escola não pode ficar alheia.

[...] não existe trabalho manual puro e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho envolve concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana como constituída pelo trabalho (SAVIANI, 2003, p. 138).

Os estudos de Maciel (2018), sobre Politécnica apontam a emergência de atualização no que refere-se a concepção marxiana de educação, bem como a necessidade de complementação do trabalho como princípio educativo tendo a politécnica como fator pedagógico, o que destaca-se como operacionalizar a prática pedagógica pela

formulação da politécnica como princípio pedagógico – trabalhando assim a educação integral politécnica, da educação infantil à universidade, como alternativa às propostas pedagógicas de educação escolar estatal.

Politecnia, portanto, é o princípio pedagógico que se fundamenta na concepção de que o homem é um ser histórico-cultural, constituído a partir de sua práxis social, cuja consequência é o desenvolvimento potencial de múltiplas capacidades cognitivas, sensíveis, físicas e sociais determinantes de sua humanização integral. Tal formulação encontra seu *locus* de excelência na educação integral de tempo integral em espaço educativo adequado (MACIEL, 2018, p. 99).

Tais apontamentos ressaltam as dificuldades a serem superadas para a realização desta educação integral politécnica em nosso país, pois ainda precisamos construir uma escola que congregue a diversidade dos conhecimentos em suas diferentes áreas, que vise a formação integral e a superação da sociedade de classes existente.

Karl Marx propunha uma educação intelectual, física e tecnológica que apontava essa formação integral (formação omnilateral) que visasse a formação integral para todos – esta compreensão foi concebida aos pesquisadores e a tradição marxista de educação politécnica, como discutimos nesta sessão.

Em síntese, aduz-se que a politênica trata de uma maneira de integrar as diferentes áreas do conhecimento, superando as metodologias que permitem as disciplinas serem muitas vezes fragmentadas e “compartilhamentos estanques” da ciência.

A principal discussão é a formação de homens totais, não de homens parciais, considerados esvaziados e/ou alienados pela sociedade capitalista, visto que no âmbito escolar seja mediante a terminologia “unitária, omnilateral ou politécnica” (FRIGOTTO, 1993, p. 41) vise uma escola que saia do papel sendo real, universal e laica, com/para o povo.

### Vamos refletir:



Fonte: <http://princípios+pedagógicos+da+educação+brasileira+mafalda+tirinha&source>

**Conforme observa-se na tirinha acima, escreva um parágrafo sobre o seu entendimento envolvendo a educação e seu papel de formar cidadãos capazes de interferir na realidade.**

### 3.4 – Educação omnilateral

É importante retomarmos uma das principais finalidades da educação que é o processo de humanização, que possa promover um conhecimento crítico da sociedade de maneira que possa interferir nela, considerando a educação como “vocação ontológica do homem – vocação de ser sujeito – e as condições em que ele vive” (FREIRE, 2001, p. 38).

Assim como não posso ser professor sem me achar capacitado para ensinar certo e bem os conteúdos de minha disciplina, não posso, por outro lado, reduzir minha prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. Esse é um momento apenas de minha atividade pedagógica. Tão importante quanto ele, o ensino dos conteúdos, é o meu testemunho ético ao ensiná-los. [...] É a preparação científica revelada sem arrogância, pelo contrário, com humildade. É o respeito jamais negado ao educando, a seu “saber de experiência feito” que busco superar com ele (FREIRE, 2011, p. 101).

A educação nas palavras de Freire (1987) é um dever dado para que o homem se constitua como um “ser mais” e nas palavras de Marx (2006) como um homem unilateral. Tais discussões nascem na

atribuição da educação como uma maneira de manter a ideologia da produção, nas mãos de quem detém a riqueza – indústria cultural (MARCUSE, 1969) - e na luta pela mudança concebida nesta ideia.

Como vimos na seção anterior, Marx não discutiu explicitamente sobre a educação, mas tratou das relações de produção e das lutas pelos direitos de todos, deixando a alienação de lado, o que para Gramsci (2006) vai destacar a educação como um fator primordial para uma formação transformadora, pois identifica-se nas escolas

[...] um processo de progressiva degenerescência: as escolas de tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece e é louvado como democrático, quando na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-las em formas chinesas (GRAMSCI, 2006, p. 49).

Gramsci (2006) levanta reflexões sobre que tipo de escolas estão inseridas na sociedade – críticas ou para formar mão de obra. Considera, também, que a educação está dividida em “trabalho manual” e o “ensino intelectual”, o que para o autor deveria ser superado, sugerindo um novo modelo educacional – a escola unitária que

[...] deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo (GRAMSCI, 2006, p. 33-34).

A escola unitária gramsciana visa a formação humana para a superação da realidade, não reduzindo a educação como um instrumento de qualificação profissional e/ou ascensão social. Gramsci (2006) sugere a escola unitária como uma possibilidade de formação dialética voltada para uma sociedade mais humana, em que

homens, mulheres e natureza esteja em harmonia em uma perspectiva educacional, social e político.

A educação refere-se ao homem e o papel dela deve ser o próprio homem. Visto que refletindo em quem é e o que faz este homem, voltamos o nosso olhar para a relação da educação e o trabalho, pois uma definição da existência humana está vinculada ao trabalho – o homem produz a sua existência à medida que trabalha. O trabalho em si é agir sobre a própria natureza, o que ele precisa aprender ao longo de sua existência (SAVIANI, 1989).

Contudo, com o capitalismo houve a negação do trabalho como uma dimensão humana, tornando-o cada vez mais como uma força produtiva na/da indústria. Tal afirmação mascara a ideologia do capital e repercute na educação, pois permite que muitos educadores não percebam a relação entre trabalho e educação.

**Curiosidade:**

*Vamos pensar sobre o Ensino Fundamental. Tente lembrar um pouco dos assuntos que você estudou neste segmento da Educação Básica! Agora tente recordar especificamente sobre os temas de ciências biológicas.*

***Você já se perguntou o porquê de estudarmos tais objetos de conhecimento?***

*O Currículo que está posto não é ocasional, mas segundo Saviani (1989) está vinculado ao sistema capitalismo. Cada assunto orienta de certa maneira alguns princípios básicos que os indivíduos precisam saber para se adaptar e viver neste sistema.*

**Refleta:**

*No capitalismo, o ser humano tem a necessidade de transformar a natureza e para isso ele precisa conhecê-la. Nos assuntos de Ciências Biológicas, no ensino fundamental então estudamos a Natureza! Isso não é coincidência?*

***Você já parou para pensar nos temas estudados ao longo da educação Básica e para quê estudar?***

Nossa sociedade está organizada de maneira fragmentada, o que é um desafio para a formação omnilateral e a implantação de uma escola unitária proposta por Gramsci (1982), pois para alcançar uma formação emancipatória-libertadora se faz necessário

[...] um espaço em que cada um livremente se forme naquilo que é do seu gosto: pode ser a arte, a música, a matemática, o aerodelismo, o radiotelegrafismo, a especialização na astronomia ou também no esporte, ou até mesmo nas técnicas artesanais. É preciso que a escola, ao invés de ser um lugar aberto cinco horas diárias, durante nove meses por ano, e pelo resto do tempo permanecer fechada e vazia, seja o espaço dos adolescentes, onde estes recebam da sociedade adulta tudo o que é possível receber e, ao mesmo tempo, sejam estimulados em suas qualidades pessoais e capacitados, responsabilmente, para gozar todos os prazeres humanos (MANACORDA *apud* NOSELLA, 2007, p. 149).

A formação omnilateral precisa se desenvolver em uma relação dialética entre homens e mulheres “não-alienados”, mas humanizados que se constrói permanentemente em relações emancipadas e livres que possibilite equidade e não apenas a uma formação que se limite a preparar pessoas para o mercado de trabalho.

Portanto, é na emancipação na busca pela desalienação e na luta por uma sociedade em que não seja determinada por um sistema (de cima para baixo) e dividido em classes sociais, onde alguns permanecem a margem das condições mínimas da existência e sem acesso à educação.

Nestas reflexões sobre a relação entre educação e trabalho é que devemos perceber as contradições postas por um sistema educativo capitalista e continuarmos na busca por uma educação omnilateral, comprometida com a humanização e a superação do homem que parece ter deixado de “refletir” para apenas “fazer”. Assim, a formação omnilateral deve nascer da práxis entre trabalho, escola e comunidade.

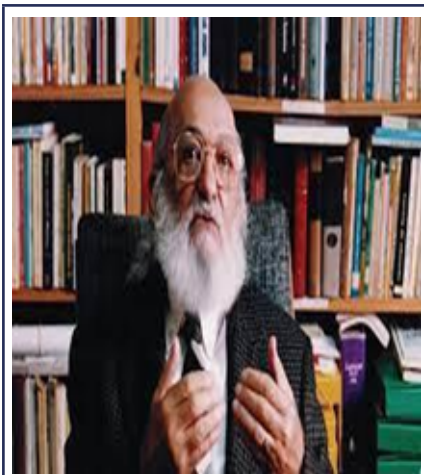
**Importante:**

*Paulo Freire (2006) nos sugere (re)pensar na contribuição das/para cidades no processo educativo, sendo necessário a agregação da educação formal com a educação não-formal na/para a formação humana.*

*A cidade precisa ser educativa, assim como precisamos construir esta cidade educativa.*

*A cidade educativa se constitui na medida em que os sujeitos problematizem as questões referente a cidade, a educação e a emancipação – uma educação para/pela vida.*





Enquanto educadora, a Cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos. A política dos gastos 50 públicos, a política cultural e educacional, a política de saúde, a dos transportes, a do lazer (FREIRE, 2001, p. 13).

**Fonte:** <https://novaescola.org.br/>

### 3.5 – Educação, trabalho e cidadania

*Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social do que tomamos parte. Não nasci professor ou mercado para sê-lo*  
(FREIRE, 2001, p. 40).

Pensar no que envolve educação, trabalho e cidadania está atrelado a refletir sobre a pobreza e o atraso cultural da população. Infelizmente, alastrar-se ainda problemas relacionados ao acesso e continuidade escolar a todas as classes sociais, assim como um diploma não é garantia de emprego.

Enquanto educadores, precisamos pensar no papel da escola na/ para a sociedade, bem como as questões do desemprego, da miséria, e da má distribuição do capital. Segundo o artigo 6.º da Constituição:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 2015).

A educação precisa ser democrática e universal, mas para isso acontecer se faz necessário políticas públicas que atendam as questões de moradia, saúde e saneamento. Outro ator preponderante é a importância da participação da sociedade na promoção, elaboração e gestão de políticas educacionais, pois cada lugar tem o seu contexto social e sua própria realidade. Sendo assim, a Constituição também

determina que a sociedade civil não deve se omitir da luta pelos seus direitos e da participação política em todos os espaços sociais, pois

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A educação não depende apenas da escola, dos professores e gestores, mas necessita da participação da família e do apoio do estado para garantir o acesso e a permanência e gratuidade no sistema público de educação e sua qualidade. Construir uma educação de qualidade é um grande desafio em nosso país, o que precisa ser desvelado que é somente culpa dos atores desta instituição, deixando de responsabilizar também os dirigentes políticos.

Para uma escola de qualidade precisa-se investir na educação, na formação contínua dos professores e boa remuneração para esses profissionais, assim como deve transformar os princípios legislativos em ações efetivas na/para a cidadania com intuito de uma educação libertadora e omnilateral.

Segundo o artigo 206 da constituição o ensino brasileiro deverá seguir os seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o ensinamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e a existência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, 2006).

A ideia de educação como mercadoria necessita ser descortinada, pois ela é um direito - não podendo ser apenas para os indivíduos que podem usufruí-la, com as melhores condições de vida, pois todos necessitam ter tais condições, segundo a nossa constituição, e normatizado também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.

O capítulo IV do ECA dispõe sobre o Direito à Educação, retomando o que descreve a Constituição em seu Artigo 53, sobre os direitos das crianças e adolescentes.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência (BRASIL, 1990)

Diante do artigo 53 da Constituição do nosso país, observamos a disparidade da lei e da realidade da educação no Brasil, o que nos instiga a pensar:

*Qual o papel da escola? Qual o papel do educador(a)? Que escola queremos? Que escola temos?*

**Reflexão:**

*Discuta sobre as questões e elabore um texto visando responder cada indagação, conforme suas crenças, valores e história na educação.*

---

---

As questões que envolvem a busca por uma formação integral e omnilateralmente, coincidem com a visão de uma educação crítica e transformadora, tendo como principal referência Paulo Freire. Estas discussões sobre omnilateralidade e emancipação humana, perpassou ao longo da história diversas situações e teóricos que militaram e continuam lutando por uma educação de qualidade e revolucionária, diferente do modelo de escola posta em nossa sociedade.

A educação tem que objetivar a construção de um conhecimento crítico e criativo a fim de se tornar um instrumento essencial para as transformações da sociedade, da economia, do mundo do trabalho e da subjetividade dos indivíduos para desta iniciar a construção da cidadania, pois deve-se saber pensar para que se possa verdadeiramente refletir e intervir na/para uma sociedade mais humana (DEMO, 2008).

Nesse sentido é relevância abordarmos um Programa chamado Cidade Educadora, que tem como característica a participação cidadã, contando com a corresponsabilidade da cidadania e dos diversos agentes envolvidos no processo educativo, social, cultural que compõe a comunidade.

No início em 1990, a concepção de Cidade Educadora tem seus fundamentos em um movimento a partir do I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, em Barcelona, na Espanha. Governos locais de um grupo de cidades pactuaram o “princípio de que o desenvolvimento dos seus habitantes não podia ser deixado ao acaso” (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, 2004, p. 1). Visto que

[...] a cidade que educa tem que ser plenamente responsável por promover as condições externas do educar [...] deve ser patrocinada, de igualdade de direitos e oportunidades, de respeito a liberdade de ideias e convicções, de exercício da ação política, de acesso aos bens públicos e à dignidade humana em todos os sentidos (FARIA, 2002, p. 12).

As ações das cidades educadora deveria ocorrer a partir da participação ativa na utilização e evolução da própria cidade em conformidade com a Carta aprovada das Cidades Educadoras. Em 1994, com a realização do III Congresso, em Bolonha, o movimento foi

formalizado e difundido, tendo por princípios norteadores o trabalho da escola, como espaço comunitário; à cidade, como um grande espaço educador; à ideia do aprender na cidade, com a cidade e com as pessoas, oferecendo:

[...] a todos os seus habitantes, enquanto objetivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços (Associação Internacional de Cidades Educadoras, 2004, p. 9).

As cidades educadoras devem ser adequadas aos aspectos que a rápida evolução social exige, ao mesmo tempo que devem prever programas formativos sobre tecnologias digitais dirigidos a todas as idades e grupos sociais a fim de combater as novas formas de exclusão na sociedade contemporânea.



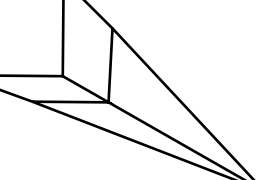
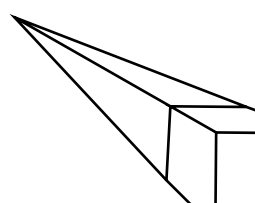
**Dica:**

*Para finalizar nossa unidade, convido você a conhecer mais um pouco acerca das cidades educadoras.*

**Link:** <https://url.gratis/F7wEM6><https://url.gratis/F7wEM6>

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. R. *Educação para além da formação do trabalhador alienado*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BORDIEU, P. *A reprodução*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BORDIEU, P. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHARLOT, B. *Da relação com o saber: Elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- DEMO, P. *A Educação do futuro e o futuro da educação*. Campinas (SP): Autores Associados, 2008.
- FRIGOTTO, G. (org.). *Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de Final de Século*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- GADOTTI, M. *Pedagogia da práxis*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GADOTTI, M. *Pedagogia da Práxis*. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1995.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LAHIRE, B. *Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.
- MACHADO, L. R. S. Em defesa da politecnia. *Ciência & Movimento*, Ano 1, 1: 55-61, set., 1990.
- MACHADO, L. R. S. *Politecnia, Escola Unitária e Trabalho*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
- MARX, K. *O Capital*. 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, volume 1, 1988.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Textos sobre educação e ensino*. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

- 
- MÉSZÁROS, I. *A Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- NOGUEIRA & NOGUEIRA, C.M. M. e M. A. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- PIMENTA, S. G. *O Estágio na Formação de Professores: unidade teoria e prática?* Cadernos de Estágio. Curitiba: UFPR, 1992.
- RODRIGUES, A. T. *Sociologia da educação*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2002.
- SALM, C. L. *Escola e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SAVIANI, D.; DUARTE, N. *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.
- 

## **SOBRE A PROFESSORA CONTEUDISTA**

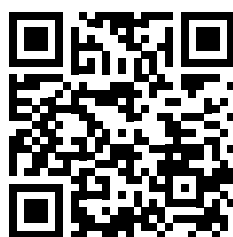
Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA) Associação em Rede Curso de Doutorado em Educação na Amazônia (UFAM); Mestra em Educação em Ciências na Amazônia (UEA); Especialista em Gestão e Supervisão Escolar (Uninorte); Especialista em Metodologia do Ensino Superior (FSDB); Especialista em Gestão Escolar (FSDB); Graduada em Pedagogia (FSDB). Pedagoga da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC/AM). Integrante dos grupos de Pesquisa: Grupo de Estudo e Pesquisa de Educação em Ciências em Espaços não formais (Gepecenf); Divulgação Científica (UEA).



Dezembro de dois mil e vinte e dois, quatorze anos da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que altera dispositivos da redação original da LDB, para redimensionar, institucionalizar e integrar, entre outras coisas, as ações da educação profissional e tecnológica.



para conhecer mais da *editora*UEA e de nossas publicações,  
acesse o qr code abaixo



[editora.uea.edu.br](http://editora.uea.edu.br)

ueaeditora





*editora*  
**UEA**



**CETAM**  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
TECNOLOGICA DO AMAZONAS



**UEA**  
UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO  
AMAZONAS



**AMAZONAS**  
GOVERNO DO ESTADO